



MAPFRE SEGUROS GERAIS

Relatório e contas 2007





MAPFRE SEGUROS GERAIS

Relatorio e contas 2007





Índice

ORGÃOS SOCIAIS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2007	6
I – CONTEXTO ECONOMICO	7
II – CONTEXTO DE MERCADO	8
III – ACTIVIDADE DA EMPRESA	11
1. Aspectos relevantes	11
2. Indicadores de gestão	12
IV – OBJECTIVOS PARA O FUTURO	18
V – AGRADECIMENTOS	19
VI – APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
CONTAS ANUAIS 2007	21
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	41



Orgãos Sociais

ORGÃOS SOCIAIS*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Santiago Gayarre Bermejo
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Eraso Campuzano
	António Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Filipe Dumont dos Santos
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor Garcia Garcia
	Rafael Galarraga Solores

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
SECRETÁRIO	António Manuel Cardoso Belo

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	José Vieira Bernardo
VOGAIS	Fernando Vassalo Namorado Rosa
	Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos
SUPLENTE	José Emílio Cordeiro Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE (INTERINO)	António Manuel Cardoso Belo
VICE-PRESIDENTE	António Manuel Cardoso Belo
SECRETÁRIO	Bernabé Gordo Pin
VOGAIS	Antonio Huertas Mejias
	José Luís Joló Marin

* Composição à data de aprovação de contas.



Relatório de Gestão ano 2007

I – CONTEXTO ECONOMICO

Há alguns anos que a economia portuguesa vem apresentando um desempenho muito débil, tal como demonstra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB).

Após ter apresentado um crescimento negativo em 2003, o PIB voltou a incrementar-se nos anos seguintes, contudo sempre a taxas abaixo dos 2%, valor este que, habitualmente, se considera o mínimo de referencia de uma evolução sustentada, capaz de gerar dinâmica nos distintos sectores de actividade.

Prevê-se que o ano 2007 tenha terminado com um crescimento de 1,8%, com a particularidade de, na segunda metade, os indicadores terem revelado nova desaceleração e alguma quebra de confiança dos agentes económicos, para o que contribuíram várias condicionantes internas e externas.

Na frente interna, manteve-se a contenção das despesas públicas, como forma de equilibrar o deficit público e, assim, poder cumprir os compromissos assumidos em sede da União Europeia.

Este objectivo de contenção impediu que o Estado tivesse servido de agente impulsionador da tão almejada recuperação económica.

No que respeita à conjuntura internacional, o ano 2007 foi particularmente pródigo em factos, dos quais se destacam a apreciação do Euro face ao Dólar, a escalada dos preços do petróleo e a turbulência dos mercados financeiros que ficou conhecida como a “crise do *subprime*”.

A taxa de cambio do Euro face ao Dólar e a escalada dos preços do petróleo prejudicaram fortemente a competitividade das exportações, as quais terão tido um desempenho inferior ao esperado e não puderam contribuir na medida desejada para compensar o menor dinamismo do consumo interno.

Por sua vez, a “crise do *subprime*” instalou sérias desconfianças nos agentes económicos, gerando um problema de liquidez no sector financeiro mundial que os Bancos Centrais tentaram colmatar através de injeções sucessivas de fundos, sem que, contudo, tivessem conseguido evitar fortes oscilações das taxas de juro, verificando-se um aumento do diferencial entre as taxas de juros praticadas pelos bancos e a taxa Euribor, por via da incorporação de um factor mais elevado de risco de crédito.

O sensível e importante sector financeiro mundial viu-se, assim, exposto a uma nova realidade, evidenciando algumas fragilidades antes ocultas, levando a que algumas instituições de referência mundial tivessem que contabilizar perdas muito significativas.

Por outro lado, a falta de liquidez e o abrandamento económico que se começou a verificar, especialmente no segundo semestre, levaram a que a autoridade monetária Norte Americana – Fed - tivesse cortado na sua taxa directora, ao passo que, na Europa, o Banco Central Europeu manteve essa taxa, quando a evolução crescente da inflação talvez aconselhasse uma subida.

Desta forma, as autoridades monetárias têm-se visto condicionadas na aplicação das medidas previstas nos modelos económicos em voga, sendo incerto o efeito que daí pode advir.

Como consequência de tudo isto não se poderia esperar um desempenho da economia portuguesa muito melhor do que o conseguido, consubstanciado na evolução das variáveis do quadro resumo de indicadores económicos apresentado a seguir.

INDICADORES ECONÓMICOS

VARIÁVEL	ANOS					
	2003	2004	2005	2006	2007*	2008*
Produto Interno Bruto	(1,1)	1,2	0,4	1,4	1,8	2,2
Consumo privado	(0,1)	2,4	2,0	1,0	1,2	1,4
Consumo público	0,3	2,5	1,8	(0,2)	(0,4)	(1,1)
Exportações	3,7	4,5	0,9	8,6	6,9	6,7
Investimento	(9,7)	1,8	(3,7)	(2,6)	1,0	4,0
Taxa de desemprego	6,3	6,7	7,6	7,7	7,8	7,6
Índice preços consumidor	3,3	2,4	2,3	3,1	2,3	2,1
Déficit contas públicas	2,9	2,9	6,0	4,6	3,0	2,4
Taxa juro Euribor 3 meses	2,142	2,155	2,488	3,725	4,684	-

Percentagem.

Fonte: Ministério das Finanças

Anos 2007 e 2008 – Proposta orçamento de estado para 2008

* Previsões, excepto taxa juro Euribor que se refere a 31 de Dezembro



Olhando em direcção ao futuro, não serão de esperar muitas facilidades na medida em que, não obstante o cenário macroeconómico que serviu de base à elaboração do Orçamento do Estado para o ano 2008 apontar uma melhoria na evolução do PIB, prevendo um crescimento de 2,2%, tal valor não será fácil de atingir.

O próprio Banco de Portugal, no seu Boletim de Inverno 2007, apresenta projecções mais moderadas apontando, no caso concreto do PIB, para um crescimento de 2,0%.

De facto, o consumo público deve continuar a diminuir, como consequência da manutenção das medidas restritivas de combate ao deficit, enquanto que o crescimento previsto no consumo privado parece um pouco optimista tendo em conta que a taxa de desemprego não dá sinais de redução e que o nível de endividamento das famílias é muito elevado, factos que não deixarão grande margem para puxar pela economia.

Por sua vez, o preço do petróleo continua em alta e supera já, de forma substancial, o valor de referencia utilizado no cenário traçado pelo Governo, pelo que terá reflexos ao nível da competitividade.

Do lado dos mercados financeiros mantém-se a incerteza, muito embora, no início de Janeiro a Euribor tenha contabilizado sucessivas sessões em baixa, regressando a valores próximos da taxa directora do Banco Central Europeu, o que pode indiciar que os mercados começam a regressar à normalidade.

Na segunda quinzena de Janeiro de 2008, aquando da elaboração deste relatório, notícias menos animadoras sobre o desempenho da economia Norte Americana mergulharam os mercados bolsistas numa crise, verificando-se a maior descida nos índices de acções desde os atentados do 11 de Setembro, forçando várias entidades a rever em baixa as previsões de crescimento económico.

Por todos estes motivos, tal como referimos antes, estamos em crer que o crescimento do PIB previsto será bastante condicionado ao longo do ano 2008.

II – CONTEXTO DE MERCADO

Desde 2002 em geral e, em particular, nos ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, o sector segurador tem vindo a apresentar uma contínua diminuição da sua taxa de crescimento a qual, tendo em conta a inflação, entrou mesmo em terreno negativo a partir do ano 2005, atingindo o seu nível mais baixo precisamente em 2007, fruto da conjuntura económica já detalhada.

Face à falta de crescimento natural do mercado e beneficiando de uma melhoria da rendibilidade nos anos anteriores, ainda que devida especialmente aos ganhos de índole financeira, conforme é visível no quadro da evolução da rendibilidade que apresentamos, assistiu-se a uma forte concorrência através de campanhas tarifárias e de oferta de remunerações bastante agressivas à rede de distribuição.

Por outro lado, embora seja difícil de quantificar, existe o sentimento generalizado de que a nova lei de cobranças tem tido um efeito significativo no aumento da volatilidade das carteiras, observada ao longo de 2007, especialmente no ramo automóvel.

CRESCIMENTO DOS PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS NÃO VIDA

RAMOS	ANOS					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Não Vida *	8,7	6,2	4,1	2,0	0,2	-0,9

Percentagem.

Fonte: APS

* Ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE NÃO VIDA

INDICADORES*	ANOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
Rácio combinado	104,9	101,0	97,3	97,1	98,9
Resultados financeiros/ Prémios adquiridos	2,3	7,7	6,5	7,4	12,6
Resultado conta técnica / Prémios adquiridos	(2,6)	6,7	9,2	10,3	13,8

Percentagem.

Fonte: APS

* Líquidos de resseguro

A estrutura da carteira tem mantido uma estabilidade impressionante, sendo dominada pelo ramo Automóvel e, em menor escala pelos de Acidentes de Trabalho e Incêndio/Multiriscos, apresentando o ramo Doença uma crescente importância que, apesar de não ser exuberante, tem sido continuada.

ESTRUTURA DA CARTEIRA NÃO VIDA

RAMOS	2002	2003	2004	2005	2006
Automóvel	47,0	46,7	46,7	46,5	45,9
Acidentes Trabalho	19,4	19,0	18,3	18,1	17,7
Incêndio/Multiriscos	15,8	15,4	15,9	15,7	15,8
Doença	7,1	7,8	8,2	8,7	9,4
Acidentes Pessoais	3,3	3,3	3,2	3,3	3,5
Responsabilidade Civil Geral	1,8	2,0	2,3	2,2	2,2
Outros	5,6	5,8	5,3	5,5	5,5

Percentagem.

Fonte: APS – relatório de mercado 2006.

O ramo Vida, beneficiando dos esforços no desenvolvimento de produtos marcadamente financeiros, tem atingido novos segmentos, conseguindo apresentar taxas de crescimento com algum significado, mantendo uma rentabilidade estável.

CRESCIMENTO DOS PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS VIDA

RAMO	ANOS					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Vida	1,7	18,4	15,7	46,2	(4,1)	6,9

Percentagem.

Fonte: APS.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE VIDA

INDICADORES *	ANOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
Rácio combinado	119,5	117,0	117,2	111,5	109,6
Resultados financeiros/ Prémios adquiridos	17,5	20,5	21,9	14,6	14,3
Resultado conta técnica / Prémios adquiridos	(2,0)	3,5	4,7	3,1	3,7

Percentagem.

Fonte: APS

* Líquidos de resseguro.

Relativamente à estrutura da carteira é substancial o peso dos produtos financeiros, com a particularidade desse peso ter vindo a ser reforçado ano após ano, realidade ao qual não será alheio o facto do canal bancário ser aquele que domina a estrutura da distribuição.

ESTRUTURA DA CARTEIRA VIDA

RAMOS	2002	2003	2004	2005	2006
Produtos tradicionais	11,8	11,8	11,0	8,7	7,1
Produtos financeiros	88,2	88,2	89,0	91,3	92,9

Percentagem.

Fonte: APS.

Quanto aos restantes indicadores que tradicionalmente espelham a actividade, não se observaram, ao longo de 2007, alterações significativas relativamente a anos anteriores.

O mercado segurador não vida encontra-se bastante concentrado, apesar de uma diminuição nos últimos dois anos que se repetiu em 2007, fruto da perda de carteira das maiores seguradoras do mercado.

No caso de Vida, a concentração é, ainda, mais forte, tendo o grupo das 3 primeiras reforçado a sua quota no ano 2007.

CONCENTRAÇÃO DO MERCADO NÃO VIDA

SEGURADORAS	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
3 primeiras	40,5	52,4	50,7	48,8	47,3
5 primeiras	55,9	66,8	64,7	62,4	60,7
10 primeiras	75,9	82,8	81,3	79,8	78,7

Percentagem.

Fonte: APS.

CONCENTRAÇÃO DO MERCADO VIDA

SEGURADORAS	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
3 primeiras	54,6	51,8	59,1	52,6	57,5
5 primeiras	74,7	74,2	81,4	78,4	78,4
10 primeiras	87,5	87,9	91,6	89,8	89,6

Percentagem.

Fonte: APS.



No que concerne aos canais de distribuição, nos ramos não vida, não tem havido grandes alterações ao longo dos anos, verificando-se um forte predomínio dos canais tradicionais, com destaque para os agentes, restando uma parte mais residual para a venda directa e a banca, aparecendo os novos canais, telefone, internet, etc., a iniciar uma progressão que se estima poder vir a ganhar maior expressão nos próximos anos.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO NÃO VIDA

CANAL	ANOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
Mediadores	77,6	77,5	77,4	80,0	79,2
Venda directa	10,2	10,1	10,4	10,5	10,2
Bancos	10,9	11,2	11,0	8,5	9,3
Telefone e Internet	1,1	1,0	1,1	0,7	0,8
Outros	0,2	0,2	0,1	0,3	0,5

Percentagem.

Fonte: APS

No ramo Vida, o canal bancário deixa pouca margem de desenvolvimento às seguradoras que não possuem este meio de distribuição, ao evidenciar um protagonismo crescente, mesmo corrigindo o efeito extraordinário do ano 2005, relacionado com operações de recomposição de activos realizadas por algumas seguradoras ligadas a grupos bancários.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO VIDA

CANAL	ANOS				
	2002	2003	2004	2005	2006
Mediadores	15,0	14,1	12,8	8,7	11,5
Venda directa	4,1	3,6	4,7	3,5	3,8
Bancos	78,7	80,2	80,3	85,4	82,4
Telefone e Internet	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	2,2	2,1	2,2	2,4	2,3

Percentagem.

Fonte: APS.

Apesar de, em 2007, ter entrado em vigor a nova lei de mediação não é previsível que se tenham verificado alterações significativas, pelo menos por agora, na realidade espelhada pelos quadros anteriores.

Cabe aqui referir que a nova lei de mediação trouxe consigo um acréscimo de exigência ao nível da profissionalização dos agentes, bem como uma responsabilidade acrescida para as seguradoras, implicando a necessidade de incrementar os investimentos nesta área, nomeadamente ao nível da formação.

Também em 2007, entrou em vigor a 5ª. Directiva Automóvel que obrigou a algumas alterações de processos e estabeleceu novos critérios de valoração que tenderão a incrementar as indemnizações de sinistros.

No que respeita ao tema da Solvência II, decorreu a meio do ano um novo teste de impacto das novas metodologias – o QIS3 – o qual foi participado por uma grande parte das seguradoras.

Em geral, os estudos realizados até agora têm revelado uma tendência para o reforço dos capitais, parcialmente compensado por uma descida no nível do provisionamento.

Contudo, é um assunto que está longe de ser encerrado de tal forma que, apesar do QIS3 ter sido apontado como o último teste antes de começar a ser redigida a directiva, a prática parece ter sugerido que o assunto fosse ainda mais discutido, razão pela qual está agendado um novo teste para meados do ano 2008.

O ano 2007 foi também marcado pela publicação da norma de alteração do Plano de Contas das Empresas de Seguros, de aplicação obrigatória em 2008.

Apesar do novo plano realizar uma aproximação importante às Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas internacionalmente pela sigla IFRS, deixa ainda pendentes de definição os aspectos das provisões técnicas, assim como a harmonização dos critérios fiscais.

III – ACTIVIDADE DA EMPRESA

1. Aspectos relevantes

Antes de entrar na análise do comportamento dos diversos indicadores quantitativos julgamos importante efectuar um resumo de alguns aspectos que marcaram a actividade ao longo do ano 2007 e cuja influência nesses indicadores, apesar de ser indirecta, não deixa de se fazer sentir.

De toda a actividade levada a efeito, cabe destacar o papel central ocupado pelo processo de reorganização da estrutura MAPFRE em Portugal que continuou a ser desenvolvido, tal como estava previsto no plano estratégico.

O maior esforço foi dedicado à aquisição e integração da carteira e dos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO.

Os trabalhos desta aquisição em que, pelo seu âmbito, estiveram envolvidas todas as áreas das duas organizações, versaram os aspectos legais de tramitação de autorizações junto das entidades de supervisão, bem como a preparação da migração da carteira dos ramos de Caução e Crédito para o sistema informático Tronweb e a adaptação dos diversos processos de trabalho, no sentido da sua uniformização.

Além disso, os Serviços Financeiros, os Serviços de Tecnologias e os Serviços de Recursos Humanos das duas entidades, embora vinculados formalmente a empresas distintas, puderam organizar-se e desenvolver a sua actividade já de forma minimamente integrada.

Estes processos encerram normalmente alguma complexidade pois, além das especificidades técnicas próprias de cada negócio, encontram-se, quase sempre, realidades organizativas distintas que é necessário compatibilizar, apresentando-se, por isso, como desafios exigentes.

Não obstante, apraz-nos congratular com a disponibilidade e o esforço levado a cabo por todos os colaboradores que directa ou indirectamente participaram nos trabalhos porquanto os objectivos foram atingidos com total sucesso.

Como corolário, a exploração dos ramos de Caução e de Crédito pela MAPFRE SEGUROS GERAIS é já uma realidade desde 1 de Janeiro de 2008.

Outra vertente da reorganização da estrutura MAPFRE em Portugal, passa pela constituição da sociedade de direito português para exploração do ramo Vida que irá adquirir a carteira e respectivos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE VIDA.

Ao longo do ano 2007 foram desenvolvidos os mais diversos trabalhos de índole técnica estando em curso a formalização do pedido de autorização junto dos supervisores.

Com objectivos semelhantes aos perseguidos no processo de Caução e Crédito, foram dados os primeiros passos na integração funcional dos Serviços Financeiros, dos Serviços de Tecnologias e dos Serviços de Recursos Humanos das duas entidades, processo que se espera consolidar ao longo do ano 2008.

Houve, ainda, necessidade de fazer face a algumas imposições de índole legal, como é o caso da 5ª. Directiva do ramo Automóvel e os trâmites de sinistros que implicaram reorganizações de processos.

Devido à importância e abrangência do processo de integração e à imperatividade das imposições legais, houve necessidade de estabelecer prioridades na alocação de recursos, motivo pelo qual, de todos os restantes projectos previstos no plano estratégico, alguns tiveram que ser reagendados, nomeadamente os dirigidos à eficiência interna, tendo-se mantido o desenvolvimento daqueles que se encontravam mais directamente ligados ao negócio.

Nesta linha, no primeiro trimestre, foi implementada uma reformulação do produto automóvel, a fim de o tornar mais ajustado face à evolução do mercado, cujos resultados foram já visíveis na segunda metade do ano, através do incremento do número de apólices novas vendidas.

Por outro lado, foi dada continuidade à aposta na estrutura técnico-comercial de grandes negócios, em articulação com a MAPFRE EMPRESAS, que permitiu aprofundar a exploração deste segmento de mercado, a qual se revelou muito importante, como forma de compensar parcialmente as dificuldades sentidas pela Organização Territorial, em função das condicionantes económicas já referenciadas.

Ainda directamente relacionado com o negócio, foi aprofundado o tratamento pró-activo da carteira, que havia sido tenuemente iniciado no final do ano anterior, de forma a garantir a satisfação dos clientes e, simultaneamente, aumentar o seu grau de fidelização.

No que respeita ao projecto Solvência II, o aspecto mais relevante foi a participação no estudo de impacto quantitativo – QIS 3 – levado a cabo pelo CEIOPS e que se constituiu na primeira participação da empresa neste tipo de estudos, pelo que, além de tudo, permitiu começar a adaptação prática à problemática em causa.

O resultado dessa participação, à semelhança do mercado, aponta para maiores exigências de capital em comparação com as regras actualmente em vigor, o que, contudo, não se apresenta problemático para a MAPFRE SEGUROS GERAIS face à forte capitalização que apresenta desde há vários anos.



Relativamente à Gestão de Risco e Controlo Interno, com a ajuda da ferramenta informática corporativa *Riskmap*, foi realizado, pela segunda vez, o levantamento dos riscos operacionais, com resultados não muito diferenciados do primeiro, com poucos riscos considerados críticos, tendo-se procedido ainda à elaboração de uma primeira tentativa de um plano de acção suportado nos resultados obtidos neste primeiro estudo, o qual se pretende aprofundar e consolidar no futuro.

Complementarmente à Gestão de Risco, ao nível da continuidade de negócio, a implementação do respectivo plano iniciada em 2006 acabou por terminar já durante o primeiro trimestre de 2007.

Além dessa implementação definitiva, efectuaram-se simulacros de desastre, tendo um deles sido integral, implicando, além da evacuação do edifício da sede, a activação da estrutura alternativa de comunicações e do centro de recuperação de desastre, com resultados excelentes, pelo que estamos certos de que a empresa possui uma estrutura de resposta capaz de minimizar grandemente o impacto de qualquer situação menos boa que possa ocorrer.

Nota ainda para a continuidade das obras de manutenção e reformulação do edifício da sede de forma a garantir uma adequada integração espacial de todos os serviços.

Após cerca de 14 anos de utilização, este edifício fica dotado de adequadas condições de trabalho e com a valorização assegurada.

Uma referência final para a participação da empresa, quer institucionalmente quer através da participação dos seus colaboradores, em projectos de natureza social, garantindo a concretização de um dos objectivos estratégicos.

2. Indicadores de gestão

2.1. PRÉMIOS EMITIDOS

Perante uma economia fraca e um contexto de mercado extremamente adverso do ponto de vista concorrencial, seja ao nível das tarifas seja ao nível das remunerações praticadas aos distribuidores, tal como já aludimos a propósito do contexto de mercado, o crescimento conseguido foi de 0,8% tendo-se atingido os 98,54 milhões de euros de prémios emitidos.

EVOLUÇÃO DOS PRÉMIOS EMITIDOS

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Prémios emitidos	66,61	78,61	94,59	97,80	98,54
Crescimento prémios emitidos	13,07	12,00	15,98	3,21	0,74
Crescimento em %	24,4%	18,0%	20,3%	3,4%	0,8%

Prémios em milhões de euros.

Numa análise por ramos, à semelhança do ano anterior, voltou-se a incrementar o peso dos ramos Diversos, este ano cresceram 16%, como resultado, entre outros aspectos, do investimento efectuado na criação da estrutura técnico comercial específica de apoio já referida.

O ramo mais exposto à concorrência – o Automóvel – foi, também, o mais fustigado pelos movimentos de carteira potenciados pela nova lei de cobranças e decresceu 5,4%, enquanto que o ramo de Acidentes de Trabalho observou uma percentagem de crescimento interessante de 7,2%.

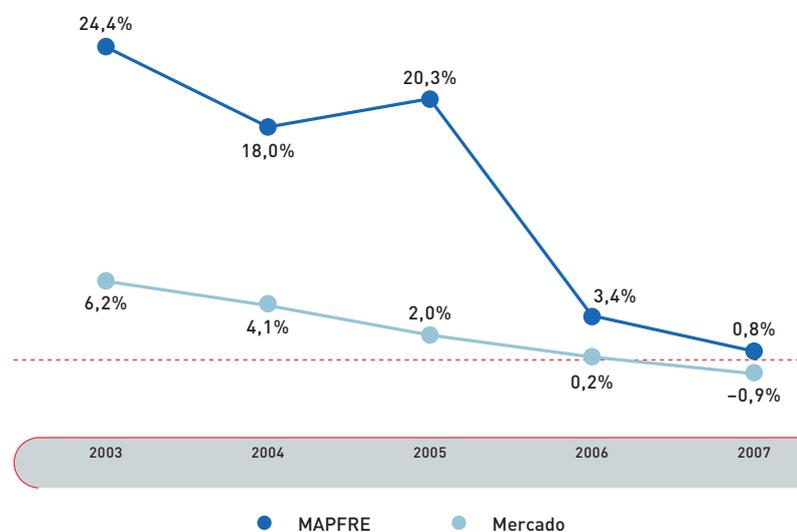
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR RAMOS

RAMO	ANO 2005		ANO 2006		ANO 2007	
	PRÉMIOS	%	PRÉMIOS	%	PRÉMIOS	%
Automóvel	61,42	65	61,58	63	58,26	59
Diversos	13,66	14	16,61	17	19,26	20
Acid. Trabalho	19,51	21	19,61	20	21,02	21
Total	94,59	100	97,80	100	98,54	100

Prémios em milhões de euros.

Efectuando uma comparação com o mercado, que apresentou um crescimento negativo de -0,9% nos mesmos ramos, podemos considerar o desempenho da MAPFRE SEGUROS GERAIS como positivo.

Taxa de crescimento dos prémios (em relação ao ano anterior)



Fonte de dados de mercado: APS (ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS).



Face aos crescimentos apontados, a quota de mercado manteve-se ao nível do ano anterior nos 2,6%.

QUOTA DE MERCADO

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Prémios MAPFRE	66,61	78,61	94,59	97,80	98,54
Prémios mercado	3.507,98	3.652,29	3.725,89	3.767,41	3.734,87
Quota de mercado	1,9%	2,2%	2,5%	2,6%	2,6%

Prémios em milhões de euros.

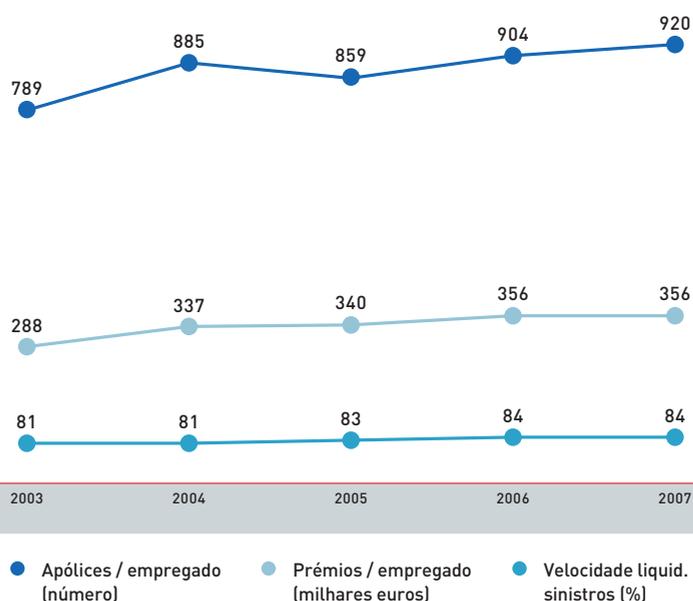
Fonte dos dados de mercado: APS.

Ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS.

2.2. EFICIÊNCIA

Apesar do crescimento do volume de prémios ter sido bastante moderado, o que implicou que o rácio de prémios por empregado se mantivesse nos 356 mil euros, foi possível incrementar o número de apólices vigentes pelo que o rácio de apólices por empregado subiu para 920 apólices.

Indicadores de eficiência



No que concerne à velocidade de liquidação de sinistros, há vários anos que se situa em níveis bastante elevados e, em 2007, manteve os 84% que já se verificavam no ano anterior.

2.3. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Desde há vários anos que a contenção de custos é um objectivo estratégico pelo que, ao longo de 2007, tal não deixou de ser uma preocupação permanente, para mais num contexto como o já descrito anteriormente que aconselhava à maior contenção possível.

De todo o trabalho realizado neste campo resultou uma diminuição dos gastos em relação ao ano anterior da ordem dos 3,8%, facto que apraz registar por ser de todo saudável como forma de tornar a empresa mais eficiente e competitiva.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Custos com pessoal	7,34	7,96	8,53	8,58	8,59
% sobre prémios	11,0	10,1	9,0	8,8	8,7
Fornecim. Serv. Externos	5,3	6,44	6,61	6,96	6,68
% sobre prémios	8,0	8,2	7,0	7,1	6,8
Impostos e taxas	1,36	1,55	1,83	1,86	1,64
% sobre prémios	2,0	2,0	1,9	1,9	1,7
Amortizações (a)	0,81	0,83	0,93	0,98	0,98
% sobre prémios	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0
Outros custos	0,14	0,04	0,37	0,65	0,42
% sobre prémios	0,2	0,1	0,4	0,7	0,4
Total dos custos por natureza	14,95	16,82	18,27	19,03	18,31
% sobre prémios	22,4	21,4	19,3	19,5	18,6

Milhões de euros.

(a) Sem amortização por compra da carteira da Aegon.

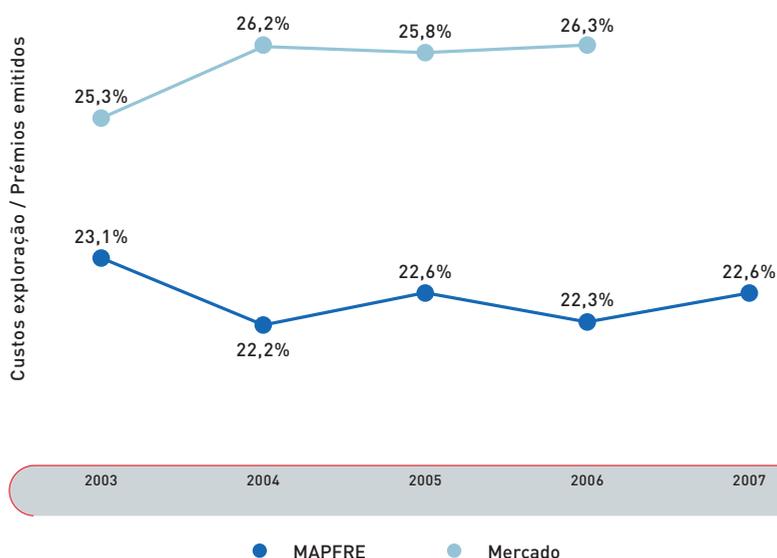
2.4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Os custos de exploração (custos de aquisição mais custos administrativos) situaram-se nos 22,6% dos prémios emitidos, um ligeiro acréscimo de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em resultado de um misto de contenção, conforme detalhado no ponto anterior, e de um esforço comercial, absolutamente necessário para fazer face ao contexto de mercado.

Gostaríamos de destacar a contenção destes gastos ao longo dos últimos anos, dentro de uma banda entre os 22,2% e os 22,6%, num nível inferior ao mercado o qual, além disso, apresenta uma tendência crescente, conforme demonstra o gráfico respectivo.



Evolução dos custos de exploração



Fonte de dados de mercado: APS.

2.5. CUSTOS COM SINISTROS

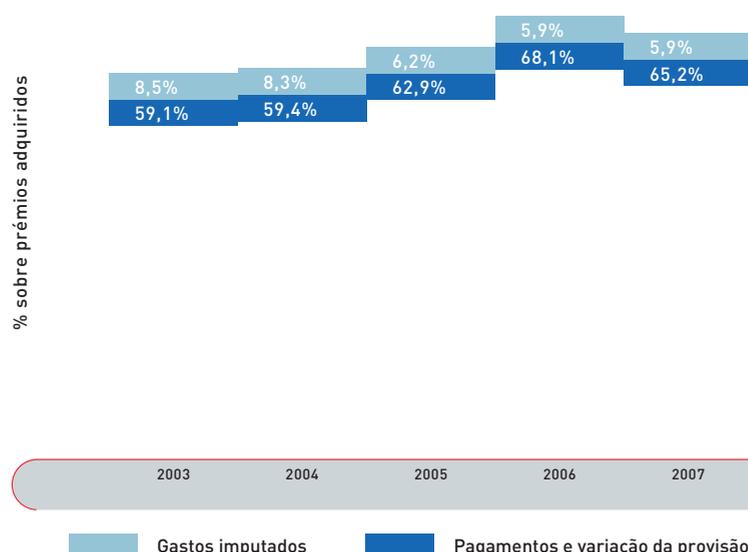
Face ao crescimento moderado da emissão poder-se-ia esperar que o rácio de custos com sinistros sobre prémios adquiridos tivesse aumentado.

Contudo, pelo contrário, o rácio baixou dos 74% do ano 2006 para os 71,1% este ano de 2007, reforçando a estabilidade que é visível no gráfico e demonstrando que a política de subscrição adoptada parece continuar a ser adequada.

A decomposição do rácio revela que os gastos gerais imputados à função sinistros continuam na mesma ordem de grandeza do ano anterior, situando-se nos 5,9% dos prémios adquiridos e que a descida, na ordem dos 3 pontos percentuais, se verifica nos pagamentos e na variação das provisões que terminaram a representar 65,2% dos prémios adquiridos.

A frequência da sinistralidade, ainda que ligeiramente, baixou de 8,79% para 8,64% e o custo médio, não obstante a inflação e as tendências de alta das indemnizações em danos corporais, subiu apenas 2%, fixando-se em 1.723 euros, frente a 1.690 do ano anterior.

Evolução dos custos com sinistros



Fonte de dados de mercado: APS.

2.6. RESSEGURO

O resultado de resseguro representou 6,1% dos prémios adquiridos, o que significa um agravamento em relação ao ano anterior.

Para este efeito contribuiu especialmente o ramo de Diversos, no qual se verificou um aumento da taxa de cedência derivado da realização de negócios especiais, bem como um menor volume de sinistros.

RESULTADO RESSEGURO / PRÉMIOS ADQUIRIDOS

RAMO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Automóvel	+2,1	-1,6	-1,0	-0,4	+0,6
Diversos	-23,5	-22,9	-17,5	-21,5	-33,9
Acidentes Trabalho	-1,0	-2,1	-3,3	-4,5	-2,2
Total	-3,3	-4,9	-3,8	-4,6	-6,1

Percentagem.

2.7. RENDIMENTOS DOS INVESTIMENTOS

A massa total de investimentos no final do ano era de cerca de 164 milhões de euros, tendo crescido aproximadamente 11,5 milhões de euros.

Com o propósito de equilibrar a estrutura de investimentos, ao longo do ano, efectuou-se um reforço dos títulos de rendimento fixo à custa de uma diminuição dos depósitos a prazo e dos depósitos à ordem remunerados.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

CONCEITO	ANO 2006		ANO 2007	
	VALOR	%	VALOR	%
Títulos de rendimento fixo	74,00	48,5	93,52	56,9
Títulos de rendimento variável	18,95	12,4	19,77	12,0
Imóveis	22,07	14,5	23,39	14,2
Empréstimos	0,84	0,5	0,91	0,6
Depósitos a prazo	23,10	15,1	16,22	9,9
Depósitos à ordem remunerados	13,74	9,0	10,44	6,4
Total	152,70	100,0	164,24	100,0

Valor em milhões de euros.

No ano 2007, as taxas de juro observaram uma subida global, ainda que tenham tido um comportamento instável, oscilando bastante no decurso do mesmo.

No que respeita aos mercados de capitais, houve também alguma turbulência, verificando-se no mês de Dezembro uma desvalorização significativa.

O comportamento contraditório destes factores influenciou da mesma forma a rentabilidade dos investimentos.

Assim, excluindo o efeito da realização de mais valias, que teve uma importância significativa no ano 2006 em que se aproveitou o bom momento dos mercados para as efectuar, a rentabilidade das aplicações beneficiou do movimento ascendente das taxas e aumentou para 4,2%.

Já quanto à taxa de rentabilidade total, isto é, incluindo as mais valias realizadas e não realizadas, a mesma viu-se afectada pela desvalorização dos mercados, precisamente ao contrário do ano anterior, ficando pelos 4,9%.

Apesar da desvalorização generalizada dos mercados influenciar indirectamente o potencial de valorização dos investimentos, a MAPFRE SEGUROS GERAIS não foi directamente afectada pela “crise do *subprime*”, por não deter investimentos em produtos expostos a esse risco, fruto da política conservadora que há muitos anos caracteriza o grupo MAPFRE.

TAXA DE RENDIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento médio (milhões euros)	97,99	109,70	127,01	144,94	158,47
Taxa rentabilidade sem +/- valias	4,7%	3,7%	3,5%	3,6%	4,2%
Taxa de rentabilidade total	5,5%	4,7%	5,4%	7,0%	4,9%

2.8. RESULTADOS

O resultado líquido foi de 5,55 milhões de euros, crescendo 6,1% em relação ao ano anterior, uma percentagem superior ao crescimento dos prémios emitidos, implicando um aumento da rentabilidade das vendas.

Na comparação com o ano anterior, parece-nos importante referir que o resultado obtido incluiu realizações de mais valias por um montante de 3,1 milhões de euros, pelo motivo e de acordo com o detalhado no ponto anterior, enquanto que em 2007, o contributo das mais valias foi de apenas 0,86 milhões de euros.

Em todo o caso, cremos que haverá a destacar ao nível dos resultados a regularidade do seu comportamento ao longo dos anos, facto que parece querer transmitir uma saudável e sustentada exploração do negócio.

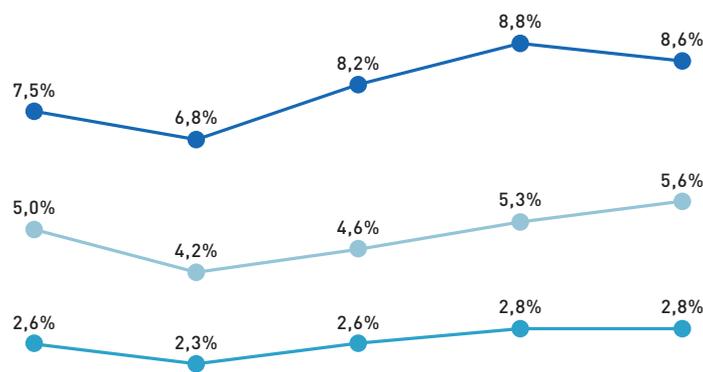
VOLUME DE RESULTADOS

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Resultado líquido	3,33	3,28	4,32	5,23	5,55
Resultado da conta técnica	7,91	6,22	9,75	6,27	6,33

Milhões euros.



Evolução da redibilidade



2003 2004 2005 2006 2007

● Resultado líquido / fundos próprios ● Resultado líquido / prémios brutos ● Resultado líquido / activos líquidos

2.9. SOLVÊNCIA

No que respeita à Solvência, mais uma vez nos apraz registar o elevado índice que a MAPFRE SEGUROS GERAIS apresenta, novamente reforçado, o que constitui um factor de confiança para todos os *stakeholders* que gravitam no seu âmbito e a colocam em boa posição para enfrentar os requisitos futuros derivados do Solvência II.

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS DE SOLVÊNCIA

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Margem de solvência	493%	447%	404%	427%	435%
Suficiência de capitalização*	169%	163%	156%	171%	180%

* Fundos próprios mais provisões técnicas sobre prémios emitidos.

As provisões técnicas continuam adequadamente garantidas e com uma margem bastante elevada, reflectindo, à semelhança da Solvência, a solidez da empresa.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Cobertura das provisões técnicas	147,1%	154,2%	152,1%	145,2%	142,9%

2.10. COBRANÇAS

O comportamento das cobranças não foi tão bom como no ano anterior, tendo o seu volume crescido muito ligeiramente em 0,1 %, atingindo os 110,67 milhões de euros.

Este comportamento reflecte a dificuldade de cobranças que foi sentida ao longo do ano, bem como a evolução moderada dos prémios emitidos, ambas consequência dos contextos económico e de mercado, amplamente referenciados anteriormente.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE COBRANÇAS

RAMOS	ANO 2005		ANO 2006		ANO 2007	
	VALOR	% INC.	VALOR	% INC.	VALOR	% INC.
Automóvel	67,47	16,9	68,31	1,3	64,43	-5,7
Diversos	15,01	12,8	18,16	21,0	20,76	14,3
Acidentes Trabalho	23,11	46,0	24,07	4,2	25,48	5,8
Total	105,59	21,6	110,54	4,7	110,67	0,1

Valor em milhões de euros.

A percentagem total de recibos por cobrar, que já se encontrava num valor muito aceitável para a realidade do mercado português, manteve-se inalterada, embora, por ramos, tenha tido um comportamento diverso, mantendo-se nos 7% em Automóvel, subindo de 15% para 16% em Diversos e baixando de 8% para 7% em Acidentes de Trabalho.

Por sua vez, a provisão para recibos por cobrar em relação aos prémios totais emitidos baixou um pouco, menos de um ponto percentual, como consequência da resolução de casos de pendentes com maior antiguidade.

Em função de tudo isto, o prazo médio de cobrança estabilizou nos 32 dias.

EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE COBRANÇAS

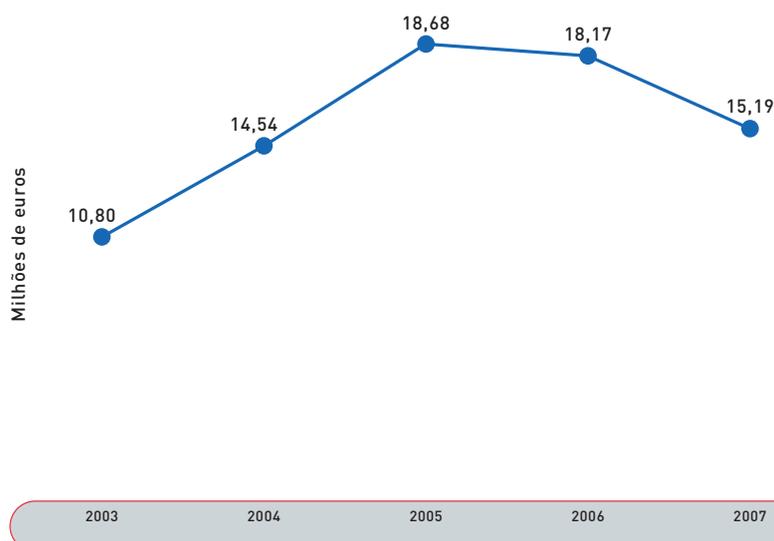
CONCEITO	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Prémios por cobrar / Prémios brutos emitidos	11,6%	10,7%	9,7%	8,8%	8,8%
Provisão recibos por cobrar / Prémios por cobrar	25,4%	28,0%	31,3%	28,1%	27,2%
Prazo médio de cobrança (dias)	42	39	35	32	32

2.11. FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa operacional ascendeu a 15,19 milhões de euros, descendo um pouco em relação ao ano anterior por via do menor crescimento das cobranças e por se ter incrementado o volume de pagamentos de sinistros.

Não obstante, continua num nível elevado, demonstrando a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos.

Evolução do fluxo de caixa



2.12. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2007 terminou com um quadro total composto por 277 pessoas.

Verificou-se um reforço de um ponto percentual do pessoal dedicado à Organização Territorial que passou a representar 50,5% do total de efectivos contra os 49,5% verificados no ano anterior.

A grande maioria dos colaboradores possui menos de 40 anos, encontrando-se 55% na faixa etária entre os 30 e os 40, possuindo mais de um terço experiência na actividade seguradora superior a 10 anos.

Sem grandes alterações ocorridas ao longo do ano 2007, a distribuição de acordo com o grau académico revela que 36,7% possuem formação superior.

No que respeita à formação, o ano 2007 foi afectado pela remodelação de todo o piso do edifício da sede onde se encontram as salas de formação, motivo pelo qual não foi possível levar a cabo todas as acções desejadas.

Mesmo assim, foram investidas 5.161 horas em formação, das quais 48% em cursos ministrados internamente e 52% com recurso a entidades externas, numa média total por empregado de 19 horas.

Ao longo dos anos a rotatividade tem-se mantido a um nível que podemos considerar baixo e este ano não foi excepção, tendo-se verificado uma taxa de 5,4%, reduzindo-se até um pouco em relação ao ano anterior.

Mais uma vez a organização participou no estudo "Melhores Empresas para Trabalhar" realizado pelo *Great Place to Work*, alcançando novamente um lugar de destaque, revelador da motivação de todo o seu quadro de pessoas.

Houve ainda espaço para participar, em regime de voluntariado, em alguns projectos de apoio humanitário, cumprindo assim uma função de responsabilidade social.



IV – OBJECTIVOS PARA O FUTURO

Em coerência com a estratégia internacional do Grupo MAPFRE, também em Portugal, os grandes objectivos continuarão a ser o crescimento do volume de prémios e a rentabilidade.

Nesse sentido, face às dificuldades económicas já referidas, que condicionam o crescimento natural do negócio, continuaremos a privilegiar a orientação ao cliente mediante a gestão integrada e coordenada das diversas áreas de negócio, na medida em que esta será uma forma de contribuir seriamente para conseguir atingir objectivos quantitativos de crescimento de prémios.

Além disso, serão realizados investimentos na consolidação e incremento da rede de distribuição, bem como na procura de novos canais que permitam potenciar o aumento do volume de prémios.

Terminada a integração formal dos ramos de Caução e Crédito, espera-se que a introdução destes no portfólio de produtos oferecidos possa trazer um efeito comercial positivo.

Por outro lado, decidiu-se criar uma estrutura técnico-comercial específica de apoio directo ao negócio de Pequenas e Médias Empresas (PME), no sentido de agilizar o processo de análise de negócios e de prestação de serviços a este importante segmento económico.

Ainda no que respeita ao crescimento, serão aprofundados e melhorados os diversos processos que contribuem para a retenção de clientes, de entre os quais destacamos o incremento do índice de domiciliação bancária, através de uma campanha que decorrerá durante todo o ano 2008, e o tratamento da renovação de carteira que será alvo de uma revisão de fluxos e beneficiará do investimento no desenvolvimento de uma ferramenta informática de apoio.

Além disso, não deixarão de ser melhorados os processos de subscrição dos chamados ramos de massa, sempre no sentido de os tornar mais ágeis mas sem descurar o adequado rigor técnico.

No que respeita ao aspecto da rentabilidade, estão previstos alguns projectos dirigidos ao aumento da eficiência, nomeadamente ligados à optimização de fluxos de tramitação por via da digitalização, a qual será também a pedra basilar da racionalização do arquivo físico que se encontra prevista.

Dando continuidade ao processo de integração já aludido, prevê-se concluir todos os trâmites de constituição da sociedade Vida e, simultaneamente, sedimentar a reorganização dos serviços de *back-office*, de forma a conseguir as máximas sinergias.

Em decorrência das imposições legais e das tendências de gestão actuais, está prevista a participação no próximo estudo de impacto quantitativo das novas regras de solvência, o QIS4, bem como o acompanhamento dos riscos operacionais, através da sua monitorização com o apoio da ferramenta *Riskm@p* e do estabelecimento e cumprimento de planos de acção tendentes à minimização dos riscos identificados.

Estamos conscientes que para conseguir todos os objectivos a que nos propomos é muito importante contar com colaboradores motivados e devidamente formados, razões pelas quais, será dada uma especial atenção à implementação de um programa de formação de qualidade, abrangendo tanto aspectos técnicos como comportamentais.

Finalmente, fazendo jus às raízes históricas do grupo, assentes no contributo social, serão levadas a cabo iniciativas de responsabilidade social.



V – AGRADECIMENTOS

Para o desempenho conseguido recebemos a inestimável colaboração das mais diversas pessoas e entidades a quem nos cumpre agradecer.

Queremos realçar os clientes que nos depositaram a sua confiança.

Não podemos deixar de mencionar todos os trabalhadores que, com a sua dedicação e empenho, tornaram possível oferecer os nossos serviços com a qualidade exigida.

Uma referência especial aos agentes delegados, exclusivos, multi-companhia e corretores pelo papel desempenhado na estreita ligação com os clientes.

Gostaríamos, ainda, de nomear o contributo dos resseguradores, co-seguradores e fornecedores em geral.

Não podemos deixar de referenciar todo o contributo prestado pelo Conselho Fiscal, nomeado no decurso do mês de Dezembro.

Uma nota para a importante colaboração das diversas entidades, das quais destacamos o Instituto de Seguros de Portugal, a Associação Portuguesa de Seguradores e o Revisor Oficial de Contas.

Finalmente, uma palavra para os accionistas pelo apoio oferecido a este projecto.

A todos reiteramos o nosso sincero muito obrigado.

VI – APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano 2007 os accionistas aprovaram uma distribuição de reservas livres, que ocorreu em Dezembro, no montante de 3 milhões de euros.

Propomos que o resultado do exercício, no montante de 5.554.881,47 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 555.488,15 euros
- Reserva livre: 3.999.393,32 euros
- Distribuição complementar de dividendos: 1.000.000,00 euros.





Contas anuais 2007

BALANÇO

C E E	ACTIVO	EXERCÍCIO				
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR	
B	25+272+275	Imobilizações incorpóreas	14.073.457,94	14.045.105,12	28.352,82	47.524,29
C		Investimentos				
I		Terrenos e edifícios	23.389.957,62		23.389.957,62	22.072.785,33
	20xx00+22000+22100+2300	De serviço próprio	20.799.834,51		20.799.834,51	19.750.165,40
	20xx01+22001+22101+2301	De rendimento	2.515.849,75		2.515.849,75	2.313.317,20
	270+273	Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	74.273,36		74.273,36	9.302,73
II		Investimentos em empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	0,00
1	20xx10+22010+22110+2310	Partes de capital em empresas do grupo			0,00	0,00
2	20xx11+22011+22111+2311	Obrigações e outros empréstimos a emp. do grupo			0,00	0,00
3	20xx12+22012+22112+2312	Partes de capital em empresas associadas			0,00	0,00
4	20xx13+22013+22113+2313	Obrigações e outros empréstimos a emp. associadas			0,00	0,00
III		Outros investimentos financeiros	130.408.506,13		130.408.506,13	116.891.543,40
1	20xx20+22020+22120+2320	Accções, outros títulos de rendim. variavel e unidades de participação em fundos de investimento	19.765.790,97		19.765.790,97	18.953.862,15
2	20xx21+22021+22121+2321	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	93.515.707,67		93.515.707,67	73.998.198,58
4	20xx22+22022+22122+2322	Empréstimos hipotecários	0,00		0,00	0,00
5	20xx23+22023+22123+2323	Outros empréstimos	908.774,16		908.774,16	839.482,67
6	20xx24+22024+22124+2324	Depósitos em instituições de crédito	16.218.233,33		16.218.233,33	23.100.000,00
7	20xx25/6+22025/6+22125/6+2325/6	Outros	0,00		0,00	0,00
IV	24	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
D	21	Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
D-A		Provisões técnicas de resseguro cedido	11.773.813,75		11.773.813,75	9.736.761,33
1	3500+3510	Provisão para prémios não adquiridos	4.372.601,69		4.372.601,69	3.393.915,42
2	3400+3410	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
3	3401+3411+3501+3511	Provisão para sinistros	7.401.212,06		7.401.212,06	6.342.845,91
4	3402+3412+3502+3512	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
5	3503+3513	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
6	3403+3413	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que orisco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00		0,00	0,00
E		Devedores	19.963.649,11	2.861.901,93	17.101.747,18	18.018.503,45
I		Por operações de seguro directo				
	400+410+420+4700	Empresas do grupo	57.606,27		57.606,27	0,00
	401/2+411/2+421/2+4701/2	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	403+413+423+4703	Outros devedores	16.800.241,61	2.646.147,54	14.154.094,07	14.739.819,50
II		Por operações de resseguro				
	430+440	Empresas do grupo	0,00		0,00	2.989,05
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	433+443	Outros devedores	27.874,26		27.874,26	86.350,92
III		Por outras operações				
	4730	Empresas do grupo	1.387.519,47		1.387.519,47	0,00
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
	46+4733+474+475	Outros devedores	1.690.407,50	215.754,39	1.474.653,11	3.189.343,98
IV	472	Subscritores de capital	0,00		0,00	0,00
F		Outros elementos do activo	19.965.689,79	7.768.157,00	12.197.532,79	16.197.630,54
I	26+271+274	Imobilizações corpóreas e existências	9.527.416,18	7.768.157,00	1.759.259,18	2.460.080,59
II	50+51	Depósitos bancários e caixa	10.438.273,61		10.438.273,61	13.737.549,95
IV	28	Outros	0,00		0,00	0,00
G		Acréscimos e diferimentos	1.937.105,55		1.937.105,55	1.770.691,34
I	4800	Juros a receber	1.847.961,64		1.847.961,64	1.677.773,16
II-III	4801+4802+481	Outros acréscimos e diferimentos	89.143,91		89.143,91	92.918,18
Total do Activo			221.512.179,89	24.675.164,05	196.837.015,84	184.735.439,68

Valores em euros.

C E E		PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
A		Capital próprio	66.164.362,02	64.384.387,19
I	10	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
II	11	Prémios de emissão	2.979.548,04	2.979.548,04
III		Reservas de reavaliação		
	12000	Reavaliação regulamentar	6.942.166,29	7.717.072,93
	12001+1201	Reavaliação legal	0,00	0,00
IV		Reservas		
	121	Reserva legal	2.081.735,91	1.559.040,23
	122	Reserva estatutária	0,00	0,00
	123	Outras reservas	15.497.380,31	13.793.119,21
V	19	Resultados transitados	0,00	0,00
VI	88	Resultado do exercício	5.554.881,47	5.226.956,78
B	14	Passivos subordinados	0,00	0,00
B-A	16	Fundo para dotações futuras	0,00	0,00
C		Provisões técnicas	111.662.245,17	102.450.803,59
1	310+330	Provisão para prémios não adquiridos	28.152.702,63	28.179.969,24
2	300+320	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3		Provisão para sinistros		
	301+321	De vida	0,00	0,00
	3110+3310	De acidentes de trabalho	24.813.857,63	21.246.516,76
	3111+3311	De outros ramos	57.945.906,49	52.670.557,02
4	302+312+322+332	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
5	313+333	Provisão para desvios de sinistralidade	340.927,31	280.877,24
6	314+334	Outras provisões técnicas	408.851,11	72.883,33
D	303+323	Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	0,00	0,00
E		Provisões para outros riscos e encargos	1.339.257,60	1.442.981,97
1	4920+4921	Provisões para pensões	0,00	0,00
2	4922	Provisões para impostos	1.249.473,98	1.353.198,35
3	4923	Outras provisões	89.783,62	89.783,62
F	45	Depósitos recebidos de resseguradores	-1.505,42	-2.174,46
G		Credores	14.580.618,38	13.662.048,18
I		Por operações de seguro directo		
	400+410+420	Empresas do grupo	0,00	0,00
	401+402+411+412+421+422	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	403+413+423	Outros credores	5.792.030,47	6.835.014,43
II		Por operações de resseguro		
	430+440	Empresas do grupo	3.475.581,67	66.561,99
	431+432+441+442	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	433+443	Outros credores	104.067,19	2.530.771,11
IV		Empréstimos bancários		
	4710	De empresas do grupo	0,00	0,00
	4711+4712	De empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	4713	Outros credores	0,00	0,00
V	46	Estado e outros entes públicos	3.867.860,26	3.762.084,04
V		Credores diversos		
	4730	Empresas do grupo	779.942,10	0,00
	4731+4732	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
	4733+474+475	Outros credores	561.136,69	467.616,61
H	482+483	Acréscimos e diferimentos	3.092.038,09	2.797.393,21
		Total do Passivo	196.837.015,84	184.735.439,68

Valores em euros.

CONTA DE GANHOS E PERDAS

C E E	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
I	Conta técnica do seguro não vida		
1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		
a)	701+703 Prémios brutos emitidos	98.535.528,13	97.802.996,86
b)	711+713 Prémios de resseguro cedido	-17.590.367,02	-14.813.855,89
c)	6110+6130 Provisão para prémios não adquiridos (variação)	200.958,94	-737.546,97
d)	61500+61510 Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	1.111.772,08	771.452,14
		1.312.731,02	82.257.892,13
	Proveitos dos investimentos		
	Rendimentos de partes de capital		
	742010+742110 Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
	742020+742120 Outros	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Rendimentos de outros investimentos		
	742011/2+742111/2 Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
	74200+742021/2+74203+74210+742121/2+74213+752+7541+7552 Outros	6.767.071,77	5.424.050,68
		6.767.071,77	5.424.050,68
	Ganhos realizados em investimentos	1.059.411,23	7.826.483,00
	Mais-valias não realizadas de investimentos		1.612.379,41
3	7901 Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		1.306.741,18
			93.003.495,72
	Proveitos técnicos		
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
a)	Montantes pagos		
aa)	6010+6030 Montantes brutos	61.385.204,08	58.887.101,12
bb)	60500+60510 Parte dos resseguradores	-6.680.287,09	-4.994.437,14
		54.704.916,99	53.892.663,98
	b) Provisão para sinistros (variação)		
aa)	6011+6031 Montante bruto	8.842.690,34	12.985.703,07
bb)	60501+60511 Parte dos resseguradores	-1.058.366,15	-2.374.388,16
5	6112/3+6132/3-61501-61511 Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		335.967,78
6	621+623-625 Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00
7	Custos de exploração líquidos		
a)	6301+6303 Custos de aquisição	17.588.571,98	17.090.097,57
b)	6311+6313 Custos de aquisição diferidos (variação)	173.692,33	297.244,65
c)	6321+6323 Custos administrativos	4.522.234,25	4.403.944,16
d)	721+723 Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.741.180,27	-2.195.736,01
		19.543.318,29	19.595.550,37
	Custos com investimentos		
	641 Custos de gestão dos investimentos	341.455,26	375.960,00
	652+654+6552 Perdas realizadas em investimentos	1.205.770,11	560.241,44
		1.547.225,37	936.201,44
	662 Menos-valias não realizadas de investimentos		1.240.663,67
8	6901 Outros custos técnicos, líquidos de resseguro		1.461.861,68
9	6111+6131 Provisão para desvios de sinistralidade (variação)		60.050,06
			86.678.328,03
10	801 Custos técnicos		
	Resultado da conta técnica do seguro não vida	6.325.167,69	6.274.446,96

Valores em euros.

C E E	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
III	Conta não técnica		
1	801 Resultado da conta técnica do seguro não vida	6.325.167,69	6.274.446,96
2	800 Resultado da conta técnica do seguro de vida		
		6.325.167,69	6.274.446,96
3	Proveitos dos investimentos		
a)	Rendimentos de partes de capital		
	74310 Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
	74320 Outros	0,00	0,00
		0,00	0,00
b)	Rendimentos de outros investimentos		
	74311/2 Relativos a empresas do grupo	0,00	0,00
	7430+74321/2+7433 Outros	35.803,54	34.527,63
		35.803,54	34.527,63
d)	753+7542+7553 Ganhos realizados em investimentos	0,00	0,00
3A	763 Mais-valias não realizadas de investimentos		0,00
7	7911+7912 Outros proveitos		2.249.621,89
		2.627.506,78	2.284.149,52
	Proveitos não técnicos	2.663.310,32	
5	Custos com investimentos		
a)	642 Custos de gestão de investimentos	0,00	256.145,23
c)	653+6542+6553 Perdas realizadas em investimentos	0,00	0,00
5A	663 Menos-valias não realizadas de investimentos		0,00
8	6911+6912+6913 Outros custos, incluindo ajustamentos		1.524.267,47
		2.278.717,09	1.780.412,70
10	82 Custos não técnicos		
11	7910 Resultado da actividade corrente	6.709.760,92	6.778.183,78
12	6910 Proveitos e ganhos extraordinários	245.677,04	91.266,21
13	83 Custos e perdas extraordinários	229.855,25	317.717,45
	84 Resultado extraordinário	15.821,79	-226.451,24
	85 Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar	-371.715,74	-1.888.770,65
	86 Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos	1.146.622,40	2.405.790,36
	87 Resultado antes de impostos	7.500.489,37	7.068.752,25
14	87 Imposto sobre o rendimento do exercício	1.945.607,90	1.841.795,47
16	88 Resultado líquido do exercício	5.554.881,47	5.226.956,78

Valores em euros.

ANEXO

ANEXO REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2007 da MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997.

Foi considerada constituída formalmente como sociedade anónima de seguros, conforme Norma N. 2/98-A do ISP.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A., iniciou a sua actividade como sociedade anónima de seguros, em 1 de Abril de 1998, recebendo a carteira da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A., conforme escritura de 31 de Março de 1998.

1 – Não aplicável.

2 – Não aplicável.

3 – As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Assim, foram preparadas segundo convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos Investimentos), e na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os principais critérios valorimétricos e métodos de cálculo para as correcções de valor utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ANOS	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	ANOS
Equipamento Administrativo	4 a 10	Despesas de Constituição e Instalação	3
Máquinas e Ferramentas	5 a 10	Trespases	5
Equipamento Informático	3 a 5	Despesas em Edifícios Arrendados	10
Equipamento de Transporte	4		
Outras Imobilizações Corpóreas	4 a 8		

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

b) Investimentos

Os investimentos são valorizados com base no princípio do valor actual, à excepção dos títulos de rendimento fixo.

Entende-se como valor actual, relativamente aos imóveis e títulos de rendimento variável, o valor de mercado, apurado da seguinte forma:

1) Imóveis – Os valores de mercado são apurados com base em estudos de avaliação efectuados por peritos avaliadores reconhecidos pelo ISP. Os estudos de avaliação são efectuados no mínimo de 5 em 5 anos. Os imóveis são parcialmente ocupados pela Companhia e não são amortizados.

2) Títulos de rendimento variável – Se admitidos à negociação em bolsa de valores ou em mercados regulamentados e transaccionados nos 30 dias antecedentes à data de referência da avaliação, são valorizados de acordo com a cotação de fecho.

Se não cotados, são valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Acções: no máximo, ao valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da respectiva empresa, de acordo com o último balanço aprovado;
- Unidades de participação em fundos de investimentos: ao valor patrimonial à data do balanço;
- Títulos de participação: ao valor nominal.

O aumento ou diminuição do valor dos investimentos, referidos em b.1) e b.2), resultantes da sua actualização para o valor de mercado é contabilizado na Conta de Ganhos e Perdas nas rubricas de mais e menos valias não realizadas de investimentos. Conforme Norma do ISP, este efeito é compensado com a constituição e utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar.

Os títulos de rendimento fixo são valorizados ao valor de aquisição, ajustado de forma escalonada ao longo da vida dos títulos, para o correspondente valor de reembolso. A diferença entre o preço de aquisição e o valor de reembolso, é periodificada com base em critério financeiro ao longo da vida dos títulos, modificando em consequência o seu valor contabilístico à medida que se vai reconhecendo esta diferença em resultados. Este critério de valorização, adoptado internacionalmente pelo Grupo MAPFRE, conduz a que na data de reembolso, os títulos se encontrem registados pelo correspondente valor de reembolso, de igual forma à que resultaria da adopção dos critérios valorimétricos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

Na venda dos títulos de rendimentos fixo, antes do seu vencimento, sempre que o produto dessa venda é utilizado para adquirir outros títulos de rendimento fixo, a mais valia, a existir, resultante da diferença entre o produto dessa venda e o seu valor contabilístico, é escalonada de modo uniforme ao longo do período remanescente do título, de acordo com as normas específicas de contabilização, para os investimentos, descritas no plano de contas de contas para as empresas de seguros

c) Provisão para Prémios não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes, apurada de acordo com o método *"pro rata temporis"*.

Esta provisão destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. A provisão constante do Balanço encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, até ao limite de 20% dos mesmos, por cada um dos ramos.

d) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde: I) ao valor das responsabilidades estimadas por sinistros pendentes de liquidação; II) à estimativa para as responsabilidades provenientes de sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço, calculada em função de métodos estatísticos; III) à estimativa de desvios, baseada em métodos estatísticos, para os sinistros já comunicados mas não regularizados; IV) à estimativa dos gastos de tramitação de sinistros, calculados em função de métodos estatísticos; V) ao valor actual das pensões, homologadas, conciliadas, definidas ou meramente presumíveis a pagar no âmbito das operações de seguro de acidentes de trabalho, calculadas com as bases técnicas mencionadas no Ponto 38 deste Anexo, conforme o ponto 3 do Capítulo I da Norma 15/2000-R.

e) Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada, nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, esta provisão foi constituída para os riscos de fenómenos sísmicos.

f) Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor de seguros não vida. O cálculo desta provisão foi efectuado de acordo com a Norma 12/2000-R.

g) Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes. A provisão de Balanço, para prémios não adquiridos, encontra-se deduzida do montante dos custos de aquisição diferidos imputados aos exercícios seguintes, nas percentagens dos prémios diferidos, por cada um dos ramos.

h) Provisão para Recibos por Cobrar

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios de 2006 e 2007 estimativas do impacto que resultaria nesta provisão caso a mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada. Por este facto e numa atitude de prudência, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

i) Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir ao seu valor provável de realização, os saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à excepção dos recibos por cobrar.

j) Responsabilidade com Pensões de Reforma

A Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, nos termos definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da actividade seguradora em Portugal, as quais se encontram financiadas através de contratos de seguros – vide Nota 19.

k) Provisão para Riscos e Encargos

Esta provisão destina-se a cobrir contingências fiscais ou de outra natureza, não abrangida por provisões específicas e são estimadas e registadas tendo em conta as expectativas fundamentadas da Companhia quanto ao desfecho da cada situação, baseadas nas opiniões dos seus advogados.

- 4 – As cotações utilizadas para a conversão dos elementos das contas expressos em moeda diferente do Euro respeitam o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.
- 5 – Não aplicável.
- 6 – Não aplicável.
- 7 – O número médio de trabalhadores ao serviço da empresa no exercício de 2007 foi de 277, distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINST.	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Director Geral	1						
Director Coordenador	3						
Director Serviços	14						
		Chefe de Serviços	6			Chefe de Centro	1
		Chefe de Serviços de Formação	1	Cordenador Geral de Serviços Comerciais	5		
		Chefe S. Analise Riscos	1				
						Analista Sénior	3
		Chefe de Secção	15	Coordenador Zona	4	Analista Programador	5
		Téc. Chefe Análise Riscos	1	Gerente Delegação	28	Chefe de Operações	2
						Programador Sénior	1
		Subchefe Secção	15	Assistente Comercial	8	Programador	3
		Perito Subchefe	4	Chefe de Equipa	1		
		Escriturário	87	Técnico Comercial	32		
		Perito	8				
		Regularizador Sinistros	12				
		Escriturário Estagiário	10	Estagiário Comercial	4	Operador	2

8 – Montante dos custos com pessoal referentes ao exercício, assim discriminados:

CONTAS	RUBRICAS	VALORES
	Remunerações	50.058,00
6800	- Dos órgãos sociais	6.132.279,00
6801	- Do pessoal	1.326.222,84
6802	Encargos sobre remunerações	
	Custos com pensões	
6803	- Pensões e respectivos encargos	53.036,90
6804	- Prémios e contribuições para pensões	96.195,09

Em €.

9 – Não aplicável.

10 – As Imobilizações Incorpóreas incluem essencialmente o seguinte:

- Valor dos Trespases da Carteira de Seguros da Agência Geral em Portugal da MAPFRE SEGUROS GENERALES COMPAÑIA DE SEGUROS Y REASEGUROS e da Carteira de Seguros da Sucursal em Portugal da AEGON UNIÓN ASEGURADORA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS, ambos totalmente amortizados.
- Obras num imóvel arrendado, localizado na cidade do Porto

11 – Não aplicável.

12 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa inscrito na rubrica Outros Credores:

- Por cheques sem provisão e prestações de contas sem fundos de mediadores, o montante de € 141.907,28;
- Por dívidas de segurados, o montante de € 58.108,97;
- Por outros devedores diversos, o montante de € 15.738,14;

Está constituída a respectiva provisão para créditos de cobrança duvidosa no valor de € 215.754,39.

13 – Não aplicável.

14 – O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2007, é de € 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de € 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

ENTIDADE ACCIONISTA	N.º DE ACÇÕES	VALOR
MAPFRE GUANARTEME, COMPAÑIA DE SEG. Y REASE. DE CANARIAS, S. A.	20	99,80
MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO. COMP. INTERNAC. DE SEG. Y RESEG., S. A.	20	99,80
MAPFRE SEGUROS GENERALES, COMP. DE SEG. Y REASEG., S. A.	1.658.817	8.277.496,83
MAPFRE EMPRESAS, COMPAÑÍA DE SEG. Y REASEG., S. A.	20	99,80
MAPFRE INTERNACIONAL, S. A.	4.976,123	24.830.853,77
TOTAL	6.635.000	33.108.650

15 – Não aplicável.

16 – Não aplicável.

17 – À excepção da provisão para sinistros que poderá ter uma duração residual superior a cinco anos, tendo em conta as características desta provisão, não existem valores a pagar com exigibilidade para além dos cinco anos.

18 – Não aplicável.

19 – O financiamento das responsabilidades assumidas pela MAPFRE SEGUROS GERAIS, S. A., com planos de pensões de velhice relativos aos seus trabalhadores encontra-se garantido através de um contrato de seguro, contratado com a MAPFRE VIDA, S. A. O valor das responsabilidades com serviços passados, a 31 de Dezembro de 2007, é de € 1.540.246,30, apurado nos termos da Norma 14/98-R, e encontra-se totalmente financiado pelo referido contrato de seguro.

As responsabilidades com o pagamento de pensões de invalidez encontram-se financiadas por um seguro temporário anual renovável e as responsabilidades com os reformados por uma apólice de renda vitalícia imediata a prémio único.

20 – Demonstração da carga fiscal, referente aos três últimos exercícios:

EXERCÍCIO	CARGA FISCAL IMPUTÁVEL	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR/RECUPERAR
2005	2.116.192,93	2.116.192,93	0,00
2006	1.844.313,74	1.844.313,74	0,00
2007	1.945.607,90	1.387.209,00	558.398,90

Em €.

A Companhia não adopta o conceito de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

21 – Não aplicável.

22 – Conforme anexo 1.

22A – Avaliação de determinados instrumentos financeiros ao justo valor:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR
Participações em empresas do grupo e associadas		
Acções e outros títulos de rendimentos variável	19.765.790,97	19.765.790,97
Títulos de rendimento fixo	93.515.707,67	94.256.797,99
Instrumentos derivados		
Total	113.281.498,64	114.022.588,96
Diferença entre o valor de balanço e o justo valor		-741.090,32

Em €.

23 – Conforme anexo 2, 3 e 4.

24 – Movimentos relativos a reavaliações, de acordo com o seguinte mapa:

RUBRICAS	IMOBILIZ CORPÓREAS	INVESTIMENTOS	TOTAL
Reserva de Reavaliação			
Início do exercício		7.717.072,93	7.717.072,93
Aumentos		371.715,74	371.715,74
Disminuições		1.146.622,40	1.146.622,40
Incorp capital social			
Outras			
Fim do exercício		6.942.166,27	6.942.166,27
Custos históricos	9.433.236,19	36.772.678,79	46.205.914,98
Reavaliações		6.308.796,44	6.308.796,44
Valores contabilísticos reavaliados	9.433.236,19	43.081.475,23	52.514.711,42

Em €.

Na rubrica de Investimentos não estão considerados os Títulos de Rendimento Fixo dado que se encontram valorizados de acordo com o ponto 3 deste Anexo.

O valor considerado na rubrica de Reavaliações de Investimentos é resultante de mais e menos valias potenciais desde a data de aquisição até à presente. A diferença entre o saldo da rubrica Reserva de Reavaliação Regulamentar e o valor de reavaliações considerado relativamente aos investimentos activos no final do exercício, respeita a mais valias de investimentos alienados em data anterior aquela em que a Companhia optou por passar a registar a recuperação de mais e menos valias realizadas.

- 25** – As mais e as menos valias fiscais apuradas aquando da alienação dos investimentos, de acordo com o artigo 42.º do código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição, pelo que, os efeitos de reavaliações intercalares com consequente apuramento de mais ou menos valias não realizadas e a eventual constituição ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar, não são tributadas.
- 26** – Desdobramento das contas de provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
490 – Ajustamentos de recibos por cobrar De outros tomadores de seguros	2.719.029,94		72.882,40	2.646.147,54
491 – Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa De outros devedores	239.315,13		23.560,74	215.754,39
492 – Outras Provisões				
Impostos	1.353.198,35		103.724,37	1.249.473,98
Outras	89.783,62	0,00		89.783,63

Em €.

Em provisão para impostos está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direcção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios e de mora, no montante de € 1.225.686,88.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados em 2006, em resultado da fiscalização efectuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Mapfre.

- 27** – Não aplicável.
- 28** – Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
69100-Donativos	2.460,04	36.081,92	79100-Restit impostos	72.384,50	36.822,70
69101-Mecenato	16.000,00	26.013,10	79101-Recup divida	0,00	
69102-Desp confidenciais	0,00		79102-Red amort prov.	103.724,37	
69103-Perdas imo corpor	437,14	2.488,17	79103-Ganho imo corp	0,00	5.573,44
69104-Ofertas a clientes	30,00	1.093,08	79107-Correc rel. ex. ant.	0,00	
69105-Dividas incobráveis	0,00	12.036,53	79108-Ot prov. ganho ext.	69.568,17	48.870,07
69106-Multas penalidades	16.595,35	17.254,35			
69107-Quotiz diversas	1.660,00	620,00			
69108-Correcc rel. ex. ant.	0,00				
69109-Ot custo perdas ext.	192.672,72	222.130,30			
83-Result extraordinários	15.821,79	-226.451,24			
	245.677,04	91.266,21		245.677,04	91.266,21

Em €.

- 29** – A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes e extraordinários é a seguinte:
- 30** – Não aplicável.
- 31** – Não aplicável.
- 32** – Não aplicável.

33 – Com relação às seguintes provisões técnicas:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CTOS AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO N	VALOR DE BALANÇO N1
Provisão p/prémios não adquiridos	34.061.241,94	5.098.539,31	28.152.702,63	28.179.969,24
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	408.851,11	0,00	408.851,11	72.883,33

Em €.

34 – Conforme anexo 5 e 7.

35 – Os reajustamentos apresentados no mapa anexo 5 decorrem da contabilização, segundo critérios prudentes, das provisões para IBNR e IBNER, bem como das reavaliações resultantes do acompanhamento permanente dos processos.

36 – O método de valorimetria aplicado aos Investimentos foi o seguinte:

- Para os terrenos e edifícios, títulos de rendimentos variável e fixo, de acordo com o referido no Ponto 3, deste Anexo.
- Para os empréstimos, depósitos a prazo e depósitos à ordem, valorização ao custo de aquisição/valor histórico, sendo os rendimentos especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

37 – O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e edifícios é o explicitado no Ponto 3, deste Anexo.

Discriminação do valor dos edifícios segundo o exercício correspondente à sua avaliação:

EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR DE ADQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2007	2.662.480,97	2.659.000,00
2006	15.957.220,25	19.739.909,15
2005	765.587,59	650.000,00
2004	222.662,93	170.000,00
2003	0,00	0,00
Em avaliação	96.775,11	96.775,11

Em €.

38 – As Bases Técnicas das Rendias Vitalícias de Acidentes de Trabalho, adoptadas pela MAPFRE, assentam nos seguintes pressupostos:

DESCRIÇÃO	VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Lei de sobrevivência da tábula	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

Em €.

As bases técnicas referidas para o valor dos capitais de remissão apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

39 – A Companhia não tinha a 31 de Dezembro de 2007, quaisquer valores a recuperar, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros.

40 – Conforme anexo 6.

41 – Relato por segmentos:

a) Relato por segmentos de negócio:

RUBRICA	RAMO VIDA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL
Prémios brutos emitidos		93.535.528,13	22.576.867,50	14.613.294,98	58.260.493,63
Prémios de resseguro cedido		17.590.367,02	1.107.367,88	10.840.718,12	4.273.019,01
Prémios brutos adquiridos		98.736.487,07	22.496.292,65	13.337.804,77	60.032.931,09
Resultado dos investimentos		6.650.973,37	1.256.386,71	6.184,31	4.574.309,66
Custos com sinistros brutos		70.227.894,42	16.576.413,24	5.036.453,07	47.879.888,29
Custos de exploração brutos		22.284.498,56	4.661.175,06	3.315.054,33	13.113.808,08
Resultado técnico		6.325.167,69	1.676.775,97	-66.765,37	3.839.501,34
Activos afectos representação prov técnicas		168.014.227,69	36.627.003,81	2.009.890,58	13.487.261,55
Provisões técnicas		111.662.245,17	27.346.919,85	8.789.660,57	69.791.755,23
<i>Em €.</i>					

b) Relato por segmentos geográficos:

Todos os prémios brutos emitidos de seguro directo são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

42 – Não aplicável.

43 – O montante das comissões de mediação e corretagem relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de € 9.470.357,63.

44 – Demonstração dos investimentos segundo a sua afectação:

RUBRICAS	SEGURO DE VIDA (20,21 E 240)	SEGURO NÃO VIDA (22 E 241)	LIVRES (CONTA 23)
Terrenos e edificios		23.315.684,26	
Investimentos em empresas grupo e associadas			
Outros investimentos financeiros		129.499.731,97	908.774,16
Depósitos junto empresas cedentes			
TOTAL		152.815.416,23	908.774,16
<i>Em €.</i>			

45 – No decurso do ano 2007, a Companhia obteve autorização para exploração dos ramos de Caução e Crédito, tendo adquirido, com efeito a 1 de Janeiro de 2008, a carteira de apólices destes ramos, bem como os respectivos activos e passivos, à Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S. A.

A transacção foi efectuada pelo preço de € 5.738.800,00 (Cinco milhões setecentos e trinta e oito mil e oitocentos euros) correspondendo à carteira adquirida um volume de prémios brutos emitidos, à data de 31/12/2007, de € 7.758.249,95 (Sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos) e os activos e passivos descritos no quadro seguinte:

ACTIVOS		PASSIVOS	
Investimentos	6.436.031,58	Provisões técnicas	17.695.306,99
Terrenos e edifícios	267.000,00	Provisão para prémios não adquiridos	707.874
Acções, outros títulos de rendim. variavel	532.689,00	Provisão para sinistros	13.024.405,07
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5.636.342,58	Provisão para participação nos resultados	622.318,44
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.762.546,06	Provisão para desvios de sinistralidade	3.108.885,81
Provisão para prémios não adquiridos	359.212,44	Outras provisões técnicas	231.823,65
Provisão para sinistros	8.967.710,71	Depósitos recebidos de resseguradores	2.150.946,13
Provisão para participação nos resultados	435.622,91	Credores	866.879,55
Devedores	1.359.800,84	Por operações de seguro directo	190.494,80
Por operações de seguro directo	955.887,62	Por operações de resseguro	9.433,26
Por operações de resseguro	256.230,51	Estado e outros entes públicos	72.481,38
Por outras operações	147.682,71	Credores diversos	594.470,11
Outros elementos do activo	3.251.084,15	Acréscimos e diferimentos	290.369,96
Imobilizações corpóreas e existências	45.279,81		
Depósitos bancários e caixa	3.205.804,34		
Acréscimos e diferimentos	194.040,00		
Juros a receber	159.864,00		
Outros acréscimos e diferimentos	34.176,00		
Total dos Activos	21.003.502,63	Total dos Passivos	21.003.502,63

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (ANEXO 1)

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
	DESIGNAÇÃO							UNITÁRIO	TOTAL
	1	TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1	Nacionais							
	1.1.1	Partes de capital em empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.1.1)							
	1.1.2	Obrigações de empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.1.2)							
	1.1.3	Outros títulos de empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.1.3)							
	1.1.4	Partes de capital em empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.1.4)							
	1.1.5	Obrigações de empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.1.5)							
	1.1.6	Outros títulos de empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.1.6)							
		sub-total (1.1)							
	1.2	Estrangeiras							
	1.2.1	Partes de capital em empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.2.1)							
	1.2.2	Obrigações de empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.2.2)							
	1.2.3	Outros títulos de empresas do grupo							
		...							
		sub-total (1.2.3)							
	1.2.4	Partes de capital em empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.2.4)							
	1.2.5	Obrigações de empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.2.5)							
	1.2.6	Outros títulos de empresas associadas							
		...							
		sub-total (1.2.6)							
		sub-total (1.2)							
		Total (1)							
	2	OUTROS TÍTULOS							
	2.1	Nacionais							
	2.1.1	Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1	De dívida pública							
PTOTEBOE0012	BO. REP. PORTUGAL 5,375% 06/08			2.000.000,00			2.131.300,00		2.007.591,13
PTOTE2OE0000	BO. REP. PORTUGAL 3,25% 07/08			2.750.000,00			2.728.812,25		2.742.947,32
PTOTECOE0011	BO. REP. PORTUGAL 3,95% 07/09			1.500.000,00			1.471.088,87		1.494.520,31
PTOTEJ0E0006	BO. REP. PORTUGAL 5,15% 06/11			500.000,00			487.100,00		494.751,79
PTOTEG0E0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13			1.000.000,00			993.700,00		996.331,46
		sub-total (2.1.1.1)		7.750.000,00			7.812.001,12		7.736.142,01
	2.1.1.2	De outros emissores públicos							
		...							
		sub-total (2.1.1.2)							
	2.1.1.3	De outros emissores							
		...							
		sub-total (2.1.1.3)							
		sub-total (2.1.1)		7.750.000,00			7.812.001,12		7.736.142,01
	2.1.2	Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1	Acções							
		...							
		sub-total (2.1.2.1)							
	2.1.2.2	Títulos de participação							
		...							
		sub-total (2.1.2.2)							

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	...							
	sub-total (2.1.2.3)							
	2.1.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total (2.1.2.4)							
	sub-total (2.1.2)							
	total (2.1)		7.750.000,00			7.812.001,12		7.736.142,01
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
DE0001135184	BO. REP. ALEMANIA 5% 07/11		2.240.000,00			2.406.105,28		2.352.926,04
IT0004009673	BO. REP. ITALIA 3,75% 08/21		755.000,00			709.325,88		711.127,60
IT0003934657	BO. REP. ITALIA 4 % 02/37		1.550.000,00			1.309.905,06		1.311.792,86
FR0000187023	BO. REP. FRANCIA 5,5% 10/10		8.800.000,00			9.170.101,71		9.153.601,56
ES00000120J8	OB. EST. SEG. 3,80% 01/17		10.590.000,00			10.203.784,41		10.219.935,41
ES00000120L4	BO. EST. SEG. 3,90% 10/12		888.000,00			876.166,36		877.358,92
ES0000012387	OB. EST. SEG. 5,40% 07/11		300.000,00			299.160,00		301.247,42
ES0000012452	OB. EST. SEG. 5,35% 10/11		5.790.000,00			6.000.053,50		5.975.410,29
ES0000012791	OB. EST. SEG. 5% 07/12		1.580.000,00			1.652.798,50		1.641.621,79
ES0000012866	OB. EST. SEG. 4,20% 07/13		3.050.000,00			3.096.500,00		3.077.170,37
ES0000012916	OB. EST. SEG. 4,40% 01/15		350.000,00			366.376,50		362.035,48
	sub-total (2.2.1.1)		35.893.000,00			36.090.277,20		35.984.227,74
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total (2.2.1.2)							
	2.2.1.3 - De outros emissores							
ES0513679KB8	PGRES. BANKINTER 01/09/08		650.000,00			621.566,48		630.210,97
ES0514954447	PGRE. IBERCAJA 13/03/2008		1.200.000,00			1.185.059,68		1.188.416,98
ES0514840AM3	PGRS. CAJA CATALUÑA 05/03/08		350.000,00			341.999,57		347.085,80
ES05148545T7	PGRS. CAJA DUERO 05/03/08		1.415.000,00			1.382.096,81		1.403.201,01
ES05154742K0	PGRS. CAJA ESPAÑA 06/03/08		1.000.000,00			976.468,29		991.531,43
ES05154743P7	PGRS. CAJA ESPAÑA 12/09/08		2.000.000,00			1.909.181,54		1.935.935,86
ES05648721L6	PGRS. UNICAJA 20/02/08		400.000,00			391.609,11		397.407,16
ES0413211154	CED. HIP. BBVA 3,75% 10/13		1.000.000,00			954.400,00		954.717,20
ES0413440092	CED. HIP. BANESTO 4,25% 07/13		1.000.000,00			1.007.200,00		1.006.223,46
ES0414950644	CED. HIP. CAJAMADRID 4,125 03/36		700.000,00			645.606,51		647.059,08
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15		500.000,00			469.650,00		470.350,54
ES0413900178	CED. HIP. SCH 4,5% 11/12		500.000,00			496.950,00		496.959,11
NL0000118024	EUROB. ABN AMRO SUB 6,25% 06/10		500.000,00			541.650,00		526.232,51
XS0200649944	EUROB. ANZ NAT INTL LONDON FRN 09/09		400.000,00			400.840,01		400.114,08
XS0176128675	EUROB. AVENTIS 4,25% 09/10		200.000,00			204.840,00		202.977,44
XS0240949791	EUROB. BARCLAYS BANK PLC FRN 04/16		1.150.000,00			1.149.461,00		1.149.056,75
ES0313211130	BO. BBVA FRN 02/09		1.000.000,00			1.000.100,00		999.805,76
XS0156851312	EUROB. BEI FRN 11/08		500.000,00			495.900,00		496.314,60
ES0313679443	BO. BANKINTER FRN 06/12		1.200.000,00			1.199.940,00		1.199.601,32
XS0225141562	EUROB. BMW FINANCE FRN. 07/08		100.000,00			99.910,00		99.915,62
XS0230243221	EUROB. BMW US CAPITAL LLC 2,75% 09/10		200.000,00			194.150,00		196.393,78
XS0259231974	EUROB. BNG 4,125% 06/16		350.000,00			347.620,00		347.847,54
XS0267299633	EUROB. BOA CORP FRN 09/13		350.000,00			349.296,50		349.155,06
XS0323119973	EUROB. BANK OF AMERICA CORP 5,125% 09/14		1.100.000,00			1.103.380,00		1.103.212,50
XS0268558375	EUROB. BANK OF IRELAND FRN 09/11		600.000,00			599.783,28		599.452,73
XS0329663065	EUROB. BP CAPITAL MARKETS PLC 4,5% 11/12		500.000,00			497.755,00		497.756,39
ES0214950059	OB. SUB. CAJA MADRID 6,25% 04/12		500.000,00			495.270,00		497.694,54
XS0297397811	EUROB. CRED.AGRICOLE ACAFP FRN 04/12		900.000,00			893.052,00		893.137,46
FR0000582660	BO. CAISSE NATL. D'AUTR. 5,85% 03/13		125.000,00			127.624,66		126.358,93
FR0000207052	EUROB. CAISSE NATL.D'AUTR.6,75% 07/09		487.840,00			532.227,87		497.311,68
FR0010394478	EUROB. CARREFOUR 4,375% 11/16		350.000,00			347.459,00		347.647,27
FR0010526996	EUROB. CRH 4,375% 10/10		460.000,00			457.778,20		457.864,77
XS0215088450	EUROB. DANSKE BANK FRN 03/10		500.000,00			500.000,00		499.675,72
DE0003099990	EUROB. DEUTSCHE BAHN 4,875% 07/09		500.000,00			479.400,00		495.418,62
DE0003933511	EUROB. DEUTSCHE BANK VAR 01/09-14		750.000,00			747.825,00		748.852,50
XS0283290756	EUROB. DNB NOR BANK ASA 4,125% 01/10		500.000,00			499.070,00		499.313,95
XS0230191081	EUROB. DNB NORBANK ASA FRN 09/10		500.000,00			499.100,00		499.052,47

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL
DE0009279042	EUROB. DEUTSCHE POSTBANK 5,125% 10/12		800.000,00			828.320,00		824.103,76
XS0256996538	EUROB. EDP FINANCE BV 4,25% 06/12		400.000,00			399.412,00		399.463,98
XS0098523797	EUROB. ENDESA INT 4,375% 06/09		200.000,00			193.300,00		198.762,33
BE0933514839	EUROB. FORTIS BANK SA/NV 5,757% 10/17		650.000,00			665.730,00		665.447,99
XS0142222198	EUROB. FORTIS FINANCE NV 5,375% 01/12		450.000,00			483.637,50		469.832,62
XS0126164812	EUROB. FRANCE TELECOM REF 03/08		250.000,00			250.000,00		250.335,25
XS0107330143	EUROB. GAS NATURAL FINANCE 6,125%		1.000.000,00			1.067.933,33		1.028.573,50
FR0000472326	EUROB. GAZ DE FRANCE 4,75% 02/13		1.650.000,00			1.700.291,67		1.687.652,16
XS0285388632	EUROB. GE CAPITAL EURO FUND 4,25% 02/14		600.000,00			582.870,00		583.293,44
XS0335133996	EUROB. GLAXOSMITHKLINE CAP 5,125% 12/12		1.000.000,00			997.960,00		997.919,81
XS0165449736	EUROB. HBOS PLC 4,875% 03/15		600.000,00			656.159,90		644.872,09
XS0274906469	EUROB. IBM 4% 11/11		600.000,00			598.914,00		599.076,49
XS0097762045	EUROB. IBERDROLA INT. 4,5% 05/09		200.000,00			198.824,00		199.754,85
XS0285098710	EUROB. ICO 4% 02/10		2.700.000,00			2.695.869,00		2.696.816,76
XS0329522246	EUROB. JOHNSON and JOHNSON 4,75% 11/19		100.000,00			99.316,00		99.309,52
XS0284839882	EUROB. JP MORGAN FRN 01/14		800.000,00			798.160,00		797.948,38
XS0335880463	EUROB. JP MORGAN CHASE 5,25% 01/15		150.000,00			148.855,50		148.878,48
FR0010394437	EUROB. LA POSTE 4,25% 11/21		200.000,00			198.578,00		198.631,44
XS0235620142	EUROB. MORGAN STANLEY 4% 11/15		600.000,00			600.660,00		600.563,48
XS0257885086	EUROB. NV NEDERLANDSE GASUNIE 4,25% 06/16		200.000,00			199.716,00		199.709,59
XS0327237052	EUROB. PROCTER and GAMBLE 4,875% 10/11		300.000,00			299.940,00		299.894,98
XS0300112108	EUROB. PROCTER and GAMBLE 4,5% 05/14		400.000,00			397.804,00		397.877,12
XS0336018832	EUROB. PFIZER INC 4,75% 12/14		700.000,00			699.447,00		699.416,17
XS0301010145	EUROB. PFIZER INC 4,55% 05/17		400.000,00			399.664,00		399.608,63
XS0147068849	EUROB. RABOBANK 4,25% 04/13		250.000,00			247.935,00		248.753,78
XS0291810637	EUROB. ROYAL BANK OF CANADA FRN 03/12		1.300.000,00			1.300.585,00		1.300.186,48
XS0110487062	EUROB. REPSOL INT FINANCE 6% 05/10		100.000,00			99.950,00		99.953,72
XS0201065496	EUROB. ROYAL BANK SCOTLAND 4,625%-V 09/2		600.000,00			642.120,00		634.978,38
XS0269740899	EUROB. SNS BANK NEDERLAND FRN 01/12		500.000,00			499.790,00		499.634,47
XS0171966269	EUROB. SCHIPHOL NEDER. 4,375% 07/13		500.000,00			499.000,00		499.240,68
XS0289186230	EUROB. SOCIETE GENERALE FRN 03/12		550.000,00			549.752,50		549.538,92
XS0327533617	EUROB. SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17		1.000.000,00			1.000.500,00		1.000.281,58
XS0241945236	EUROB. TELEFONICA EMIS 3,75% 02/11		300.000,00			299.190,00		299.452,79
XS0188109994	EUROB. TOKIO ELEC. POWER 4,5% 03/14		150.000,00			162.165,00		159.316,28
XS0159012847	EUROB. TESCO 4,75% 04/10		425.000,00			435.837,50		431.594,54
XS0203714802	EUROB. TERNA 4,25% 10/14		600.000,00			602.400,00		601.638,61
XS0234775483	EUROB. UBS AG JERSEY FRN 11/10-15		500.000,00			500.350,00		499.831,22
XS0262914020	EUROB. WACHOVIA CORP. FRN 08/11		1.500.000,00			1.498.650,00		1.498.180,59
ES0312362017	BO. TIT HIP AYT CED CAJAS 8 4,25% 11/14		700.000,00			684.810,00		686.169,96
ES0357080144	BO. BPE FINANC SA FRN 02/12		500.000,00			499.900,00		499.671,93
ES0230670210	OBLGS. ENDESA 4,20% 02/09		500.000,00			498.400,00		499.687,02
ES0313770069	BO. BANCO PASTOR FRN 01/10		500.000,00			501.100,00		500.221,56
	sub-total (2.2.1.3)		49.862.840,00			49.829.017,41		49.795.337,92
	sub-total (2.2.1)		85.755.840,00			85.919.294,61		85.779.565,66
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
CH0012056047	ACCS. NESTLE SA REGISTERED	1.095			418,98	286.350,47	520,00	344.110,61
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	13.210			67,32	564.141,91	62,10	495.764,06
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	2.510			204,08	317.076,27	195,60	296.703,85
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	17.240			21,45	369.853,59	25,05	431.862,00
GB00B03MLX29	ACCS. ROYAL DUTCH SHELL PLC-A	19.153			22,90	438.676,12	28,75	550.648,75
ES0173516115	ACCS. REPSOL YPF	8.320			22,96	191.056,30	24,38	202.841,60
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	6.230			44,20	275.347,07	56,83	354.050,90
DE0005151005	ACCS. BASF SE	2.880			40,93	117.878,51	101,41	292.060,80
ES0132105018	ACCS. ACERINOX	5.453			16,85	91.862,34	16,83	91.773,99
ES0167050915	ACCS. ACS	4.115			28,59	117.656,37	40,65	167.274,75
ES0122060314	ACCS. FOMENTO CONST. Y CONTRATAS	3.970			71,26	282.889,72	51,40	204.058,00
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	5.040			59,43	299.522,22	108,86	548.654,40
NL0000009355	ACCS. UNILEVER EUR	14.345			17,45	250.272,94	25,15	360.776,75
NL0000009538	ACCS. PHILIPS ELECTRONIC	13.025			29,67	386.428,67	29,52	384.498,00
ES0148396015	ACCS. INDITEX	1.205			44,63	53.775,39	42,02	50.634,10
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	11.580			30,40	352.052,96	31,38	363.380,40
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	19.410			26,83	520.790,78	24,62	477.874,20
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	53.970			11,66	629.509,64	22,22	1.199.213,40

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL
ES0130670112	ACCS. ENDESA	1.645			36,22	59.587,98	36,35	59.795,75
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	47.560			3,90	185.455,65	10,40	494.624,00
ES0147645016	ACCS. IBERDROLA RENOVABLES, S.A.	4.962			5,30	26.298,60	5,65	28.035,30
ES0173093115	ACCS. REDESA - RED ELECTRICA DE ESPAÑA	3.100			13,62	42.218,82	43,24	134.044,00
ES0181380017	ACCS. UNION FENOSA, S.A.	6.650			39,89	265.253,75	46,19	307.163,50
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	3.940			33,32	131.280,50	40,02	157.678,80
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT SA (EX ACESA)	4.987			21,05	104.972,20	22,04	109.913,48
DE0007614406	ACCS. E.ON AG	2.710			68,53	185.727,41	145,59	394.548,90
DE0007037129	ACCS. RWE AG	4.125			78,30	322.970,81	96,00	396.000,00
ES0113211835	ACCS. BBVA	64.935			13,78	894.881,26	16,76	1.088.310,60
IT0000072618	ACCS. INTESA SANPAOLO SPA	82.565			5,55	457.844,70	5,41	446.676,65
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	7.930			66,63	528.386,42	74,22	588.564,60
ES0113440038	ACCS. BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	6.485			14,95	96.934,91	13,31	86.315,35
FR0000045072	ACCS. CREDIT AGRICOLE S.A.	21.205			26,39	559.532,88	23,07	489.199,35
BE0003801181	ACCS. FORTIS BANK	16.700			21,77	363.558,77	18,08	301.936,00
ES0113790531	ACCS. BANCO POPULAR ESPAÑOL	36.350			9,80	356.376,62	11,70	425.295,00
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	65.810			9,61	632.357,88	14,79	973.329,90
FR0000130809	ACCS. SOCIETE GENERALE	4.710			108,79	512.393,44	98,93	465.960,30
IT0000064854	ACCS. UNICREDITO ITALIANO	45.095			6,95	313.421,75	5,68	256.094,50
DE0008404005	ACCS. ALLIANZ SE	3.610			156,11	563.549,65	147,95	534.099,50
NL0000303600	ACCS. ING GROEP	15.855			27,92	442.717,74	26,75	424.121,25
ES0117160111	ACCS. CORP. FINANCIERA ALBA	3.065			50,32	154.226,06	46,29	141.878,85
ES0140609019	ACCS CRITERIA CAIXACORP SA	11.520			5,06	58.240,38	5,17	59.558,40
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	10.920			18,84	205.783,16	18,58	202.893,60
FI0009000481	ACCS. NOKIA OY	14.805			12,63	187.026,82	26,52	392.628,60
GB0009252882	ACCS. GLAXOSMITHKLINE	3.440			14,69	74.984,96	12,79	59.995,34
	sub-total (2.2.2.1)	697.430			2.049,51	13.271.124,39	2.418,25	15.834.842,08
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total (2.2.2.2)							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	3.840			182,28	699.999,86	172,21	661.328,59
ES0138902038	P/F. DINERO FI	660			1.370,98	904.995,56	1.374,39	907.249,28
ES0138298031	P/F. BOLSA ASIA FIMF	90.645			7,61	690.000,00	7,37	668.228,64
ES0138556032	P/F. BOLSA GLOBAL FIM	164.889			6,06	1.000.000,00	5,43	896.124,91
ES0147625034	P/F. DIVERSIFICACION FI	55.529			9,04	501.832,13	14,37	798.017,47
	sub-total (2.2.2.3)	315.564			1.575,97	3.796.827,55	1.573,78	3.930.948,89
	2.2.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total (2.2.2.4)							
	sub-total (2.2.2)	1.012.994				17.067.951,94		19.765.790,97
	total (2.2)	1.012.994	85.755.840,00		3.625,49	102.987.246,55	3.992,03	105.545.356,63
	Total (2)	1.012.994	93.505.840,00		3.625,49	110.799.247,67	3.992,03	113.281.498,64
	3 - TOTAL GERAL	1.012.994	93.505.840,00		3.625,49	110.799.247,67	3.992,03	113.281.498,64

Valores em euros.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (ANEXO 2)

RUBRICAS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de constituição e instalação	411.588,35	411.588,35			411.588,35			411.588,35	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento									0,00
Despesas em edifícios arrendados	277.358,64	229.834,35					19.171,47		28.352,82
Trespases	13.796.099,30	13.796.099,30							0,00
Outras imobilizações incorpóreas									0,00
Imobilizações em curso									0,00
Adiantamentos por conta									0,00
sub-total	14.485.046,29	14.437.522,00	0,00	0,00	411.588,35	0,00	19.171,47	411.588,35	28.352,82
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Equipamento administrativo	1.286.167,16	1.099.178,20	70.132,81		9.500,76		44.999,08	9.281,88	211.903,81
Máquinas e ferramentas	431.358,45	338.595,23	17.290,34		12.953,24		32.528,05	11.283,18	75.855,45
Equipamento informático	5.269.118,09	3.738.544,66	108.275,75		2.436,08		766.005,86	2.436,08	872.843,32
Instalações interiores	1.781.828,31	1.437.185,55	53.004,05		-8.298,70		81.363,56	-6.846,90	317.735,05
Material de transporte									0,00
Equipamento hospitalar									0,00
Outras imobilizações corpóreas	417.976,84	211.002,91	14.675,77		0,00		34.908,14		186.741,56
Imobilizações em curso									0,00
Adiantamentos por conta	98.138,29		119.298,50		123.256,80				94.179,99
sub-total	9.284.587,14	6.824.506,55	382.677,22	0,00	139.848,18	0,00	959.804,69	16.154,24	1.759.259,18
Total	23.769.633,43	21.262.028,55	382.677,22	0,00	551.436,53	0,00	978.976,16	427.742,59	1.787.612,00

TERRENOS E EDIFÍCIOS (ANEXO 3)

RUBRICAS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES E BENEFICIAÇÕES (3)	REAVALIAÇÕES E DIMINUIÇÕES DE VALOR (4)	TRANSFERÊNCIAS (*)		ALIENAÇÕES		SALDO FINAL	
	VALOR DE AQUISIÇÃO (1)	VALOR DE BALANÇO (2)			VALOR DE AQUISIÇÃO (5)	VALOR DE BALANÇO (6)	VALOR DE AQUISIÇÃO (7)	VALOR DE BALANÇO (8)	VALOR DE AQUISIÇÃO (9) = (1)+(3)+(5)-(7)	VALOR DE BALANÇO (10)=(2)+(3)+(4)+(6)-(8)
De serviço próprio										
Terrenos										
Edifícios	16.758.457,41	19.750.165,40	1.045.951,71	78.717,40			72.500,55	75.000,00	17.731.908,57	20.799.834,51
De rendimento										
Terrenos										
Edifícios	1.770.285,73	2.313.317,20	202.532,55						1.972.818,28	2.515.849,75
Imobilizações em curso	9.302,73	9.302,73	1.051.389,38		-986.418,75	-986.418,75			74.273,36	74.273,36
Adiantamentos por conta										
Total	18.538.045,87	22.072.785,33	2.299.873,64	78.717,40	-986.418,75	-986.418,75	72.500,55	75.000,00	19.779.000,21	23.389.957,62

Valores em euros.

NOTA:

(*) As saídas são inscritas com valor negativo

**INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS
E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (EXCEPTO TÍTULOS) (ANEXO 4)**

RUBRICAS	SALDO INICIAL (1)	AUMENTOS (2)	DIMINUIÇÕES DE VALOR (3)	ALIENAÇÕES OU REEMBOLSOS (4)	SALDO FINAL (5)
Investimentos em empresas do grupo e associadas					
Empréstimos a empresas do grupo					
Empréstimos a empresas associadas					
Outros investimentos financeiros					
Empréstimos hipotecários					
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices					
Empréstimos sobre títulos					
Outros	839.482,67	362.872,42	158.807,45	134.773,48	908.774,16
...					
Depósitos em instituições de crédito	23.100.000,00	65.315.833,33		72.197.600,00	16.218.233,33
Outros					
...					
Depósitos junto de empresas cedentes					
Total	23.939.482,67	65.678.705,75	158.807,45	72.332.373,48	17.127.007,49

Valores em euros.

**DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS
OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES) (ANEXO 5)**

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N-1 (1)	CUSTOS COM SINISTROS * MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS * EM 31/12/N (3)	REAJUSTAMENTOS (3)+(2)-(1)
VIDA				0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	22.018.852,49	6.326.717,40	15.475.159,71	-216.975,38
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	3.949.948,95	2.254.937,03	1.314.149,24	-380.862,68
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	39.400.718,65	13.349.386,18	26.918.949,08	867.616,61
-OUTRAS COBERTURAS	3.194.321,39	2.927.689,15	153.709,89	-112.922,35
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	93.860,51	59.838,89	142.357,45	108.335,83
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.258.587,95	707.589,35	2.930.019,26	-1.620.979,34
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTECÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS	783,84	40.382,24	2.312,39	41.910,79
TOTAL	73.917.073,78	25.666.540,24	46.936.657,02	-1.313.876,52
TOTAL GERAL	73.917.073,78	25.666.540,24	46.936.657,02	-1.313.876,52

Valores em euros

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS (ANEXO 6)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS*	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS*	SALDO DE RESSEGURO
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	22.576.867,50	22.496.292,65	16.576.413,24	4.661.175,06	831.147,26
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	14.613.294,98	13.337.804,77	5.036.453,07	3.315.054,33	4.996.259,26
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	35.725.388,45	37.019.419,53	36.049.097,31	8.155.629,31	1.676.659,38
- OUTRAS COBERTURAS	22.535.105,18	23.013.511,56	11.830.790,98	4.958.178,77	-2.075.293,39
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	751.060,41	749.817,42	670.997,27	246.700,12	10.381,54
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.206.281,57	1.990.883,61	-574.074,71	546.001,76	792.493,67
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	127.530,04	128.757,53	638.217,26	401.759,21	-232.886,29
sub-total	98.535.528,13	98.736.487,07	70.227.894,42	22.284.498,56	5.998.761,43
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL	98.535.528,13	98.736.487,07	70.227.894,42	22.284.498,56	5.998.761,43

Valores em euros.

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS (ANEXO 7)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	MONTANTES PAGOS - PRESTAÇÕES (1)	MONTANTES PAGOS - CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	11.427.839,11	1.436.805,47	3.711.768,66	16.576.413,24
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	5.421.453,54	347.293,69	-732.294,16	5.036.453,07
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	24.691.498,25	2.666.924,16	8.690.674,90	36.049.097,31
- OUTRAS COBERTURAS	12.781.392,89	1.111.383,21	-2.061.985,12	11.830.790,98
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	108.131,24	30.060,24	532.805,79	670.997,27
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	782.816,99	45.292,09	-1.402.183,79	-574.074,71
CRÉDITO E CAUÇÃO				
PROTECÇÃO JURÍDICA				
ASSISTÊNCIA				
DIVERSOS	353.098,69	181.214,51	103.904,06	638.217,26
sub-total	55.566.230,71	5.818.973,37	8.842.690,34	70.227.894,42
RESSEGURO ACEITE				
TOTAL	55.566.230,71	5.818.973,37	8.842.690,34	70.227.894,42

Valores em euros.

Certificação Legal
das Contas,
Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 196.837.015,84 Euros e um total de capital próprio de 66.164.362,02 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.554.881,47 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao Balanço e à Conta de Ganhos e Perdas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Ernst & Young Audit & Associados-SROC, S.A.

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 178
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

2
h
SEC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais SA vem apresentar o Relatório da actividade por si desenvolvida no exercício de 2007 e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

Tendo entrado em funções apenas no último trimestre de 2007, o Conselho Fiscal manteve contactos com a Administração e os Serviços, acompanhando a evolução da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernest & Young, tomou conhecimento do seu Relatório de Actividade e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objecto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que é suficientemente esclarecedor e que está em conformidade com as contas do exercício.

Finalmente, o Conselho Fiscal verificou que a proposta de aplicação de resultados privilegia o reforço dos Capitais Próprios.

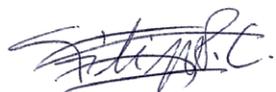
No decorrer do seu trabalho o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2007;
- 2 - Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2007;
- 3 - Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2008

O CONSELHO FISCAL


Fernando José de Almeida


Diseño y maquetación: **TAU DISEÑO**

Imprime: **MONTERREINA**

MAPFRE contribuye a la conservación del medio ambiente.

Esta publicación ha sido impresa con procesos respetuosos con el medio ambiente, en papel ecológico y libre de cloro.

Este folleto recoge el Informe de Gestión y las Cuentas Anuales Consolidadas del ejercicio 2007 con el correspondiente Informe de Auditoría de MAPFRE S.A., así como diversa información adicional. La Entidad tiene a disposición de sus accionistas y personas interesadas el Informe de Gestión y Cuentas Anuales Individuales con su correspondiente Informe de Auditoría.



www.mapfre.pt